

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano IX, número 26, Setembro-Dezembro/96

ISSN 0103-5576



MULHER MIGRANTE

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J. B. Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidney da Silva

Editores

Dirceu Cutti
Sidnei M. Dornelas

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MtB 3081)

Conselho Editorial

Carlos B. Vainer
Cláudio Ambrózio
Francisco Nunes
Heinz Dieter Heidemann
José Giacomo Baccarin
José Guilherme C. Magnani
José Jorge Gebara
Luiz Bassegio
Wanderluce Pessoa Bison

Conselho Consultivo

Alfredo J. Gonçalves
Edgard Malagodi
Ermínia Maricato
Hermilo E. Pretto
Marilda A. Menezes
Marília P. Sposito
Milton Schwantes

Capa

Arte: 2M Criação e Produção Gráfica Ltda
Foto: Edvaldo Pereira da Silva

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

Gráfica e Editora Peres Ltda - F:011-7209.13.87

Endereço para correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade
CEP 01514-030 São Paulo/SP - BRASIL
Fone: (011)278.62.27 - Fax: (011)278.22.84

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

ÍNDICE

- 5** TERRA VERMELHA
Liliana Laganá
- 7** O ROSTO FEMININO
DA MIGRAÇÃO SAZONAL
Maria A. Moraes Silva
- 11** A VOLTA POR CIMA
Wanderluce Pessoa Bison
- 15** VIAGENS DE IDA E VOLTA: A migração
de Camponesas Pobres na Argentina
Cristina Biaggi
- 19** TRABALHADORAS BRASILEIRAS
EM BOSTON
Ana Cristina Braga Martes
- 24** MUDANÇA, CRISE E REDEFINIÇÃO DE
PAPÉIS: As Mulheres Brasileiras lá Fora
Sylvia Duarte Dantas DeBiaggi
- 27** A MULHER MIGRANTE EM HONDURAS
Janete A. Ferreira
- 31** A ESTRADA, A RUA E A ZONA
Nancy Cardoso Pereira
- 35** "NOS TRAJETOS DA SUJEIÇÃO"
As Brasileiras na Suíça
Luiza Huber

“DE MULHER PRA MULHER”

Em que pese a palavra migrante ser comum aos dois gêneros, os estudos voltados para a migração, via de regra, privilegiam o enfoque masculino. No presente caso, não apenas a mulher migrante passa a ocupar o lugar de quem é observada, mas também os olhos de quem observa são femininos. Na companhia das autoras, pois, percorrendo as várias trilhas por elas pontilhadas, migremos para junto das personagens que nos são agora apresentadas.

Liliana é quem nos introduz no percurso. Sob a forma agradável de um conto, denso de conteúdo histórico, faz-nos recuar até a velha Itália para aproximar-nos de Ludovica. Em sua companhia singramos o Atlântico até chegarmos ao destino final da viagem, onde, em meio ao pó vermelho do lugar, que impregnou profundamente até mesmo a alma de Ludovica, não pestanejamos enquanto atentos ouvimos seu relato nostálgico.

Maria Aparecida e Cristina falam-nos da mulher camponesa migrante temporária. A primeira apresenta-nos três rostos - Eletriz, Rita e Santa -, mineiras do Vale do Jequitinhonha que anualmente partem para o árduo trabalho do corte da cana no interior paulista. Sob seus ombros, como se não bastasse o sofrimento advindo das carências impostas pela pobreza do lugar em que moram, também recaem outras dores provocadas pelas condições de subalternidade impostas pelo simples fato de serem elas mulheres. A segunda transporta-nos até o Noroeste da Argentina, para junto de Rita e suas companheiras, mulheres que apesar de contarem com a experiência do meio urbano, forjada nas constantes indas e vindas entre o campo e a cidade, acabam optando, em que pese as maiores agruras do meio rural, por não abandonar sua condição de camponesas.

Wanderluce refere-se a um universo muito próximo daquele mencionado acima; são mulheres que saem da mesma região donde partem Eletriz, Rita e Santa, mas cujo destino, ao invés dos canaviais, é o emprego doméstico na cidade de São Paulo. Reportando-se a algumas falas das próprias migrantes, a autora procura demonstrar como as mesmas, a partir da experiência de migração, conseguem tomar consciência da submissão que sofriam em seus lugares de origem e de como, com isso, não apenas questionam as relações de gênero do lugar, mas, em última instância, travam confronto com as aspirações dos homens, os quais, para se reproduzirem enquanto camponeses no âmbito dos horizontes dados, sempre contaram com a preservação do status quo reinante.

Ana Cristina e Sylvia conduzem-nos para junto das mulheres brasileiras que migraram para Boston. Ana descreve como se dá a inserção no mercado de trabalho e de como o ingresso no ramo da faxina transforma-se, em termos de ganhos econômicos, na meta a ser alcançada. Sylvia assinala os desafios que a mulher migrante enfrenta no novo contexto, exigindo redefinição de papéis no âmbito familiar, e de como reage a mulher trabalhadora.

Janete direciona nosso olhar para a pequena Honduras, na América Central. Em foco as mulheres do campo, fortemente discriminadas pelo machismo reinante, as quais, enquanto os homens permanecem em casa, migram para trabalhar nas áreas onde se encontram instaladas as indústrias maquiladoras, submetendo-se a condições de trabalho totalmente aviltantes.

Finalmente, Nancy e Luiza, com base em trabalho militante, contam-nos um pouco da vida daquelas que migram, respectivamente, para a Estação da Luz - na capital paulista - ou para as boates da Suíça, na tentativa de uma vida melhor, mas que acabam, como vítimas, enredadas no mercado do sexo.

Direceu Cutti

BIBLIOTECA DE MIGRAÇÕES

O CEM (Centro de Estudos Migratórios), dispõe de um Centro de Documentação, com uma Biblioteca Específica de Migrações. Reúne livros, artigos, teses, monografias, revistas nacionais e internacionais, bem como periódicos que dizem respeito à questão migratória.

Horário de Atendimento:

A Biblioteca está aberta ao público, de segunda à sexta-feira, das 8:30 às 12:00 hs.

Temáticas do Acervo

MIGRAÇÃO INTERNA
MIGRAÇÃO INTERNACIONAL
MIGRAÇÃO NO BRASIL
TERRA
URBANIZAÇÃO
DADOS DEMOGRÁFICOS E ESTATÍSTICOS
CULTURA
ECONOMIA
Religião

Solicitamos doações de teses e monografias atinentes ao tema Migração.

CONHEÇA, LEIA E DIVULGUE

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Assine e Adquira os Números Atrasados

Números Publicados

- 01 - Sazonais
- 02 - Cidade
- 03 - Fronteira Agrícola
- 04 - Violência
- 05 - Voto
- 06 - Barragens
- 07 - Cultura
- 08 - Trabalho
- 09 - Família
- 10 - Religião e Religiosidades
- 11 - Estrangeiros
- 12 - Educação
- 13 - Pena de Morte
- 14 - Migrar e Morar
- 15 - Tempo e Espaço
- 16 - Desemprego e Subemprego
- 17 - Imagens
- 18 - Novas Tecnologias
- 19 - Identidades
- 20 - Saúde
- 21 - Emigração
- 22 - Retorno
- 23 - Metrópole
- 24 - Índios e Territórios
- 25 - Deslocamentos Compulsórios & Restrições à Migração

Escreva ou telefone para:

REVISTA TRAVESSIA
RUA VASCO PEREIRA, 55
SÃO PAULO - SP
01514-030
FONE: (011) 278.62.27
FAX : (011) 278.22.84

Escolha os números que deseja receber, faça você mesmo as contas e, junto ao pedido, envie o pagamento através de cheque nominal ou Vale Postal endereçado para a Agência de Correio Pça. João Mendes-SP, código nº 72902302, sempre em nome de Centro de Estudos Migratórios.

Valor da assinatura

- () Ass. válida por 1 anoR\$ 15,00
() Ass. válida por 2 anos..... R\$ 25,00
() Ass. válida por 3 anos..... R\$ 35,00
Exterior (1 ano)..... US\$ 20,00

Números avulsos:

- Exemplares do nº 1 ao 7.....R\$ 2,00 cada
- Demais exemplares: Nº avulso.... R\$ 5,00 cada
Quantidade.....R\$ 4,00 cada
- Coleção completa.....R\$ 52,00



TERRA VERMELHA

Liliana Laganá *

"Este conto nasceu de uma entrevista por mim realizada na colônia italiana de Pedrinhas, no Oeste Paulista, em dezembro de 1987. Para Ludovica, nestas páginas, a prova dos sentimentos desencaixados naquele bate-papo, na vermelha tarde de Pedrinhas, numa 'companheira de viagem'."

Ludovica tinha dezessete anos quando partiu para um país distante chamado Brasil. Despedira-se de sua cidadezinha nas montanhas com um longo olhar, na hora de partir. Amava muito aquele lugar, e doía deixá-lo. Lembra ainda os longos passeios com sua mãe por aquelas alturas, o ar fininho da primavera, as flores miúdas nos campos, brancas, vermelhas. E a neve, no inverno, o pequeno trenó a deslizar entre gritos e risos de crianças, as grossas luvas de lã, as botas quentinhas, as maçãs do rosto vermelhas.

Quando Ludovica partiu, naquele país distante nascia Pedrinhas. Nascia numa terra vermelha e fértil, às margens da floresta, tendo atrás de si o mundo já conquistado pelo homem e adiante aquele para conquistar: ponto avançado do primeiro, porta de entrada do segundo. Para trás plantações, casas, estradas, cidades, ferrovias; adiante a floresta, que em breve atestaria, com sua ausência, a presença do homem.

Fora sempre assim: um contínuo avançar dos pioneiros em direção ao oeste, penetrando na floresta, dela arrebatando franjas de terra fértil e vermelha. Isso desde o século passado e a franja fora se deslocando, aumentando a parte do homem, diminuindo a da floresta. Era como uma guerra. Entre o homem e a natureza.

Quando Ludovica partiu não conhecia essa guerra: conhecia outra, que há pouco acabara. E a havia conhecido no corpo perfurado de seu pai, encontrado pelos partigiani na cantina e lá mesmo deixado, estirado no chão, o corpo cravado de chumbo suficiente para matar dez homens. Ludovica tinha dez anos e não podia entender todo aquele ódio descarregado em chumbo no corpo de seu pai. Seu pai, prefeito da cidade, que a ela só havia dado carinho e brinquedos, naquela casa grande e bonita, onde nascera.

Depois, Ludovica fora morar com sua mãe numa casa menor e percebia que, aos poucos, coisas iam desaparecendo: as jóias de sua mãe, os quadros, os enfeites dos móveis.

Mas Ludovica não dava importância a isso: ela crescia, tomava forma de mulher, ia passear aos domingos com suas amigas na praça da cidade e via os olhares dos rapazes. Agradava-lhe muito estar assim, em companhia: as amigas, os olhares dos rapazes, as casas em volta da praça, as montanhas em volta da cidade. Sentia-se como num casulo e era feliz.

Ludovica contou-me tudo isso de trás do balcão da farmácia. Falou sem perder de vista a porta, atenta a algum freguês, contando a história como se não mais lhe pertencesse, como se

fora de outra. Mas ao pronunciar aquele "eu era feliz", emocionou-se, seus olhos ficaram vermelhos.

- Dois anos! Foi o que tinha dito: ficaríamos apenas dois anos! - diz, elevando o tom de voz e olhando na direção do marido, ocupado em colocar em ordem prateleiras, tirando pó vermelho das caixas de remédios.

Mas o marido parece não tê-la ouvido.

- Esse pó é danado! - diz.

- É verdade! - exclama Ludovica. - É impossível livrar-se dele. Olhe aqui, já tirei o pó hoje. Parece? Não. A gente limpa a casa, nem termina e já está tudo coberto de pó novamente. Olhe o chão: vermelho. E as paredes: vermelhas. Todos os anos pintamos as casas de branco e logo se forma essa barra vermelha. E as roupas no varal: nunca consegui lençóis brancos! Brancos do jeito que eu gosto. As folhas das plantas? Vermelhas. As vacas nos campos? Vermelhas. Vermelhos os cachorros e os gatos. Até a gente fica vermelha. E quando sopra o vento, então!... Mas ele mudou de assunto. Faz sempre assim, quando falo nos dois anos...

- E você sempre tem que falar naqueles dois anos...

- Claro! Não é o que você tinha dito?

Mas não é com verdadeira raiva que Ludovica fala, e sim num tom de birra quase infantil. A dor, ela contou-me depois, a verdadeira dor tinha passado faz tempo e ela afeiçoara-se àquele lugar, gostava de Pedrinhas.

- Agora aqui é um lugar bonito - diz ela - Não tem montanhas, é verdade. E tem sempre esse pó vermelho. Mas é bonito, com a praça, a igreja, todas essas casas, as lojas. Mas quando cheguei aqui não havia nada. Era um buraco. Uma rua de terra vermelha com dois barracões de madeira, um de cada lado. Nem igreja, nem casas. Nada. Um buraco...

- Mas é claro: se nós havíamos sido contratados para fundar a colônia, como você queria encontrá-la pronta? - intervém o marido.

- Você havia sido contratado, não eu! Para mim foi você que escreveu uma carta dizendo que era um lugar bonito e que tínhamos uma linda casinha. E que voltaríamos em dois anos...

- Se eu não dissesse isso você não viria...

- Vê então que você me enganou? - retruca Ludovica, com aquele seu tom de birra infantil. Depois olha para mim:

- Quando chegou essa carta do Brasil, eu fiquei perplexa. Ele não era da minha cidade, eu o havia conhecido durante uma festa, na praça. Ele me olhava e o irmão dele olhava minha amiga. Um belo dia nos disseram que iam partir para o Brasil...

- Era uma ocasião fantástica! - intervém novamente o marido,

que deixou de lado prateleiras e pó e veio até o balcão, ao lado da mulher. - Fundavam uma colônia e nos chamavam: meu irmão como capomastro na construção, eu como farmacêutico na organização do hospital. Podia-se ficar rico em dois anos, nos haviam dito. E era como uma aventura: construir uma cidade às margens do mundo, recomeçar tudo desde o início. Era fascinante a idéia de construir um mundo todo novo, e poder fazê-lo como queríamos. Colocar certas coisas e outras não. Não colocar a guerra, por exemplo. E nem o ódio. E nem as diferenças entre as pessoas, uns ricos e outros pobres. Não. Todos iguais. Cada um com seu pedaço de terra, sua casa, seus animais, seus apetrechos de trabalho. E enfrentar essa coisa chamada natureza. Essa natureza que nós sabíamos grande: a floresta, as distâncias, o calor, o pó no vento... Uma natureza grande e feroz, é verdade. Mas o que era, se comparada à ferocidade que acabáramos de ver, nós moços? Nós, que tínhamos visto destruir nosso mundo? Construir, era isso o que nós queríamos, construir longe da história, ou, pelo menos, daquela história...

Falou sem parar, o marido de Ludovica. E em seu falar é fácil adivinhar que não haviam sido "aqueles dois anos para ficar rico" a fazê-lo partir. Havia sido outra coisa e essa "outra coisa" ligara-o para sempre àquela terra vermelha.

- Chegou-me aquela carta dele - retoma Ludovica - e minha mãe disse: "Vá, minha filha!" A vida não era fácil para nós, desde que haviam matado meu pai. Vivíamos das coisas que minha mãe ia vendendo. E as coisas acabavam. Assim casei e parti. Minha amiga também se casou, com o irmão dele, e também partiu. Mas ela voltou logo, antes de terminarem os dois anos...

- Ela atormentou meu irmão e ele teve que voltar...

- Ela foi mais esperta do que eu...

- Você superou a quarentena...

- A quarentena? - pergunto então eu.

- Sim, a quarentena. Era como se dizia - responde o marido de Ludovica. - O período pior, e que atacava principalmente as mulheres, logo que chegavam à colônia. Chegavam e começavam a chorar. Não faziam outra coisa: choravam. Choravam o dia todo, o mês inteiro, mais de um mês. Choravam e adoeciam. Tinham dores no estômago e não era nada, era nostalgia. Vomitavam e não era nada, era nostalgia. Tinham dores no ventre e não era nada, sempre somente nostalgia. Os maridos nos chamavam altas horas da noite, com a mulher a se contorcer na cama. E eram obrigados a partir. A maioria não superava a quarentena...

- Então foram muitos os que voltaram? - pergunto ainda.

- Muitos - responde ele - muitos. Chegavam vinte, trinta famílias. Ficavam duas ou três. As outras partiam de novo. Voltavam para a Itália, ou iam para São Paulo. Saíam à noite, fugiam...

- Dava medo essa distância, essa planura sem fim, o silêncio e a solidão à volta... - retoma Ludovica, e em suas palavras ecoa ainda uma sensação de desnorreamento, de profunda, invencível perturbação:

- Certa noite, no navio - continua ela - olhei o mar. Olhei pela janelinha do banheiro, quase à flor d'água, a água salgada a respingar-me o rosto. Vi aquela escuridão toda e tive medo. Corri esconder o rosto debaixo do travesseiro e nunca mais olhei o mar à noite. Mas eu sabia que toda noite toneladas e toneladas daquela escuridão me separavam de minha mãe e de minha cidade... Depois foi o trem, um dia e uma noite de trem. Lá fora,

uma planura sem fim. Eu pensava nas minhas montanhas, mas o sol naquela planura parecia apagar tudo, até minhas montanhas, até a lembrança delas. E à noite a planura foi como o mar: uma escuridão sem fim que tragava o trem e me tragava. Depois o trem parou em Assis. Pensei que finalmente tivesse chegado. Mas não: ainda duas horas de jipe. Duas horas de estrada sem uma casa. De vez em quando uma porteira interrompia a estrada. O motorista descia, abria a porteira e voltava a fechá-la atrás de nós. Eu tinha a sensação de que estavam me levando para um lugar no fim do mundo, do qual eu nunca conseguiria voltar, com todo aquele espaço e todas aquelas porteiros. E a colônia era uma rua de terra vermelha com dois barracões de madeira. Quer ver as fotos?

A casa fica nos fundos da farmácia. Ludovica convidou-me a entrar, ofereceu-me um café e foi buscar seu álbum de fotografias.

- Tudo o que eu contei está aqui - diz.

Abro o álbum. Na primeira página, cartões postais: montanhas de cumes brancos e vales cobertos de flores miúdas, brancas, vermelhas.

- São as minhas montanhas - diz Ludovica.

Numa outra página, as mesmas montanhas, em branco e preto. Em primeiro plano, uma menina oferece uma flor a uma mulher.

- Sou eu e aquela é minha mãe - diz Ludovica.

Outras fotos. Ludovica menina num pequeno trenó, e a mãe ao lado, que a olha e sorri. Ludovica já moça, com outras moças na praça da cidade. Ludovica vestida de noiva, a ampla saia a cobrir-lhe os joelhos, um pequenino véu na cabeça e um buquet de flores nas mãos. Entra na igreja e sorri. Atrás dela, outra noiva.

- É minha amiga. Casamos no mesmo dia - diz Ludovica.

As duas noivas diante da igreja, sorrindo embaixo de uma chuva de arroz. Ao lados delas, dois homens vestidos de noivos.

- São nossos padrinhos - diz Ludovica.

- E os noivos?

- Os noivos esperavam aqui em Pedrinhas - responde Ludovica.

Ludovica, com seu vestido de noiva, sem véu e uma pequena bolsa no lugar do buquet. Sorri, diante da igreja de São Marcos.

- Mas é Veneza! - exclamo.

- É Veneza, sim. Era minha viagem de núpcias.

- Viagem de núpcias?

- Sim. Meu padrinho não quis que eu me casasse sem uma viagem de núpcias e então ele e sua mulher me levaram para Veneza. Eu não conhecia Veneza...

Ludovica num jipe, com seu vestido de noiva e a pequena bolsa de Veneza nas mãos.

- Achei que seria lindo chegar em Pedrinhas com meu vestido de noiva... - diz.

Ludovica, apoiada ao braço do noivo, os cabelos desalinha-dos pelo vento, caminha por uma rua poeirenta, alta nos seus sapatos brancos de noiva.

- Ficaram vermelhos, esses sapatos... - diz Ludovica.

* Liliana Laganá é Prof.^a Dra. do Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP e mestre em Literatura Italiana.

1 - Conto publicado em italiano, com o título "IL PAESE DELLA TERRA ROSSA", primeiramente na revista PARALLELO, 38, de Reggio Calabria, Itália (Ano XXII, nº 10, out. 1992) e em seguida na revista INSIEME, da APIESP - Associação dos Professores de Italiano do Estado de São Paulo, Brasil - nº 4-5, (1993/1994).

O ROSTO FEMININO DA MIGRAÇÃO SAZONAL

Maria A. Moraes Silva *



Foto: Arquivo CEM

Em geral, os estudos sobre as migrações temporárias revelam que elas se referem aos homens. Segundo estas interpretações, enquanto as mulheres ficam, os homens partem. Portanto, se existe visibilidade quanto à migração masculina, há a invisibilidade quanto à feminina. Este fato pode ser explicado pelas seguintes razões:

1 - em se tratando de populações camponesas, geralmente, o que ocorre, é que alguém precisa ficar para desempenhar as tarefas agrícolas durante o tempo de ausência daqueles(as) que partem. Normalmente, atribuem-se às mulheres o papel de ficarem na terra, uma vez que o mundo exterior pertence aos homens.

2 - em virtude das relações de gênero prevalentes na sociedade, cabe às mulheres as funções ligadas à reprodução, tais como as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos.

3 - geralmente, a migração feminina é interpretada *vis-a-vis* o emprego doméstico de mulheres solteiras nas cidades¹.

Estes três fatores fundamentados na compreensão da migração feminina a partir da óptica da divisão sexual do trabalho, através da qual, às mulheres são destinadas as funções reprodutivas acrescidas àquelas ligadas ao trabalho na terra.

O objetivo deste texto é contar uma outra história. História de mulheres migrantes sazonais. Camponesas do Vale do Jequitinhonha (MG) que partem em busca do pão de cada dia na região de Ribeirão Preto (SP). O trabalho é a colheita do café e o corte da cana. Trata-se de mulheres casadas, solteiras, viúvas, sós, com filhos pequenos, maiores, lactentes, grávidas (Silva, 1995).

São situações diferenciadas, produzidas, no entanto, no bojo do mesmo proces-

so de expropriação e de miséria. Miséria da terra que não garante mais as condições de sobrevivência. Miséria de corpos famintos e doentes (Bison, 1995).

Algumas migram com parentes, conhecidos, pais, maridos, filhos, outras mulheres, só ou são arregimentadas pelos gatos no lugar de origem. Quando se destinam ao corte da cana, não podem residir nos alojamentos das Usinas que abrigam apenas homens. Neste caso, resta-lhes a opção de residir nas pensões das cidades-dormitórios. Se forem para a colheita do café, são alojadas nos barracões que mais se assemelham às senzalas, em razão da precariedade das condições existentes (Silva, 1988).

A presença destas mulheres no circuito das migrações temporárias, ao desmontar a lógica das análises baseadas nos esquemas rígidos da divisão sexual do trabalho, revela a face oculta deste fenômeno e os diferentes arranjos criados para articular o trabalho assalariado na região de destino e as funções reprodutivas.

Em razão das inúmeras situações encontradas, torna-se impossível estabelecer regras ou normas capazes de captar toda a diversidade deste universo. Desta sorte, optou-se por contar três histórias que representam o rosto feminino desta migração.

ELETRIZ

Eletriz, negra com trinta e sete anos de idade (em 1988), trabalhou durante catorze anos nas seguintes usinas: São Martinho, Santa Adélia, Balbo, Santa Eliza, São Geraldo, em quase todas as usinas, segundo suas palavras. Em cada usina, "tirava uma safra". A última foi na Santa Eliza.

Quando criança, migrou juntamente com a família para Londrina (PR), onde o pai trabalhava na fazenda Paracatu como parceiro nas lavouras de café. Após três anos nesta fazenda, a família retornou para o Vale do Jequitinhonha. Continuaram trabalhando "nas terras dos outros". A impossibilidade de lograr o mínimo para a sobrevivência, fez com que a família migrasse definitivamente para Barrinha, cidade-dormitório da região de Ribeirão Preto.

Ela não acompanhou a família, pois, resolvera casar-se com apenas catorze anos de idade. Continuou trabalhando no "ter-

reno" do sogro. Depois de seis anos de casada, foi abandonada pelo marido. O motivo, segundo ela, deveu-se a uma longa doença causada por muita "fraqueza". Ficou nove meses internada num hospital em Teófilo Otoni (MG), em virtude de problemas de "cabeça", de "incosto".

"Eles me tiraram pra fora porque eu tinha este incosto. Meu marido com isto desgostou e arrumou outra e foi embora pra São Paulo".

Após deixar o hospital, foi morar no "terreno" do sogro, onde seguiu trabalhando para sustentar os filhos e ele próprio, já que se achava doente e impossibilitado para o trabalho.

Descreve este tempo como sendo marcado por muitas dificuldades, em virtude da terra ser fraca e, portanto, incapaz de garantir as mínimas condições de reprodutividade do trabalho. A fraqueza da terra aliava-se à sua própria fraqueza constituindo uma simbiose de despossessão e miséria absoluta.

"Tinha dia que eu amanhecia assim(...). Não tinha nada pra dar para os meus filhos. Eles saíam pelos vizinhos, chegavam com um punhadinho de coisas. Outros davam um prato de comida pra eles comerem. Muitas vezes pra não morrer de fome, eu saía pedindo. Eu pedia mandioca, ralava, pra poder fazer um mingau pra dar para os meus filhos comer. Ia na roça, pegava folha de batata e dava pra eles".

Mediante esta situação, ela se "destinou mesmo a sair pra fora". Foi, portanto, o quadro de extrema miséria que a **forçou ao destino da saída**. Apesar da saúde debilitada, de possuir um corpo fraco (doente), ela era o único membro da família que poderia vender a força de trabalho nas usinas.

Para não deixar os filhos morrerem de fome, migrou durante catorze anos, "de lá para cá de cá para lá, igualzinho a uma andorinha que parte em busca de pão para meus filhos". Tirava os seis meses na safra, e na parada (entressafra) voltava para casa.

Inquirida a respeito de não levar os filhos consigo, ela disse:

"A senhora sabe o que é? Porque meu sogro não dava os meus filhos para mim(...). Ele falava assim: você pode ir, eu olho os

filhos para você. Eu não fico sem os seus filhos".

Esta parte do seu discurso revela aspectos importantes das relações de gênero. Pode-se inferir, por um lado, que a impedindo de levar os filhos, o sogro estava, na verdade forçando-a a não deixá-lo só para morrer de fome, já que estava velho, incapaz de migrar e doente. Ficando com os filhos dela, ele garantiria sua sobrevivência com o dinheiro enviado por ela durante a safra, e, com o próprio trabalho dela no período da "parada", mediante as funções assumidas na roça de subsistência.

Ademais, é possível perceber, que as razões da migração não podem ser adstritas às condições objetivas. Uma teia de relações criadas e recriadas no cotidiano vai se consolidando, a partir da organização social de gênero existente, que ratifica o poder masculino na pessoa do sogro, em virtude da ausência do marido. É esta organização de gênero que define o seu destino. Na realidade, para ela, teria sido mais fácil mudar-se definitivamente para a região de Ribeirão Preto, uma vez que seus pais aí residiam. A guarda forçada dos filhos remete aos valores presentes nas relações semióticas entre os gêneros masculino e feminino.

Desta sorte, ser mãe não possui o mesmo significado de ser pai. Neste caso, o pai abandonou os filhos, indo viver com outra mulher em São Paulo, eximindo-se de qualquer função em relação à paternagem. Ao contrário, ela assumiu a maternagem, apesar das condições impostas pelo sogro. Amor, proteção e cuidado são elementos definidores do eu feminino, diferentemente do eu masculino, cujos referenciais são centrados num "ideal abstrato de perfeição". "O eu feminino está sempre referido ao ato de cuidar de outrem" (Gilligan, 1991).

Ao auto-representar-se como andorinha que parte para sustentar os filhos, enfeixa-se numa alegoria, cujos elementos semióticos são pautados não pelo biológico, mas pelo social. Ou seja, o ato de criar, de cuidar dos filhos, de alimentar, é um ato social decorrente da organização social de gênero e não da fisiologia feminina.

Imbuída desta representação, "**destinou-se a sair**", e foi forçada a voltar sempre porque o sogro "não deu os filhos

para ela". O que houve foi uma situação de apropriação dos seus filhos, única forma de garantir a sua volta, e, ao mesmo tempo, garantir a sua própria sobrevivência. É no jogo destas relações que se entendem os diferentes papéis dos atores deste drama. Trata-se de papéis marcados por experiências diferenciadas. Experiências definidas por um complexo de efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções significativas resultantes de uma interação semiótica entre o eu e o mundo exterior (Lauretis, 1987).

Impregnada por esta experiência de mulher e mãe, forçada a migrar, a deixar os filhos, o resultado foi um sentimento de desmembramento.

"Ah! o duro era separar de meus filhos. Eu sentia, eu sentia (...). Quando eu saía, que eu pegava a bolsa, os meus filhos iam para o mato pra não ver eu sair. Aquilo para mim era uma coisa muito triste na minha vida. Mas, eu pensava, eu tinha que ir, meu Deus. Porque, senão, o que é que eu posso arrumar para os meus filhos. Eu ia assim, sempre com outra colega, com um parente meu, com um tio, tia, uma prima. Isto foi umas três vezes. Depois eu aprendi a estrada e fui com Deus".

O lembramento só se tornava possível durante a "parada", quando regressava. Assim, viveu durante catorze anos presa pela rede do desmembramento-lembramento-safra-parada. Em cada um destes ciclos perdia, paulatinamente, o pouco que ainda restava de sua força de trabalho, até não possuir mais condições para migrar.

"Quando eu chego aqui, ninguém me conhece, eu chego no couro e osso. Agora eu não aguento mais. Meus nervos estão tudo esgotado. Não tenho mais forças".

As metáforas **couro e osso** representam não apenas o emagrecimento causado pelo trabalho duro no corte da cana, como também o consumo do próprio corpo, através de um processo definido pela superexploração da força de trabalho. Perda das energias é o que restou para um corpo com nervos esgotados e reduzido a couro e osso. Corpo diminuído. Corpo encolhido.

Todavia, foi graças a este encolhimento, a esta morte paulatina do corpo que ela garantiu a vida dos filhos e do sogro. Para

ela, se não fosse São Paulo, seus filhos teriam morrido de fome. São Paulo configura-se como o lugar de trabalho, salário, portanto, o único meio de garantir a sobrevivência. É um lugar supervalorizado, estando abaixo apenas de Deus. No mundo dos homens, São Paulo não aparece como o lugar da superexploração de sua força de trabalho, de sua redução a **couro e osso**. Ao contrário. É para lá que Deus a destinou. São Paulo foi uma espécie de travessia para chegar à outra margem do rio.

Afirma no final do seu depoimento que espera ter sorte no outro mundo, está esperando chegar o outro mundo para Deus recebê-la, já que neste mundo ela somente sofreu como Jesus. Como Ele, ela também carregou sua cruz.

RITA

Rita nasceu no povoado de Cantagalo. Migra há oito anos para o corte de cana. Filha de parceiros, trabalhou desde criança na roça e em casa. Depois de casada, passou a trabalhar nas terras de herança do marido, juntamente com os demais cunhados. Em virtude das desavenças constantes provocadas pela não partilha das terras, o marido resolveu deixar a sua parte, empregando-se nas terras dos outros como diarista. Mesmo trabalhando com o marido, os salários eram insuficientes para sustentar oito filhos.

Em razão da extrema precariedade e da fome, restou a migração temporária como a última alternativa. Impossibilitada de levar todos os oito filhos, migra sempre com a criança que está amamentando. Através de alguns arranjos familiares, dentre eles, a cooperação da sogra e da filha mais velha, com quinze anos de idade, deixa os demais filhos para trás.

Dirigem-se sempre para o mesmo local, a cidade de Guariba, onde alugam um cômodo de uma pensão, compartilhando um banheiro e um tanque com mais de trinta pessoas. A criança que leva consigo é deixada sob a guarda da proprietária da pensão, dona Deolinda.

A maior parte de seu relato circunscreve-se aos inúmeros problemas de saúde que possui: dores por todo o corpo, inchaço do rosto e muita fraqueza. Para isso, toma Gardenal e remédio para pressão. Não

sabe dizer exatamente a doença que a aflige, pois o médico nunca lhe falou.

No que tange ao trabalho, afirma que corta pouca cana, por causa da fraqueza, embora antes, cortasse até mais que o marido. Quanto ao excessivo número de filhos, diz que eles são a vontade de Deus. Não toma comprimidos porque não possui dinheiro para comprá-los, nem utiliza qualquer método anticonceptivo. A respeito do marido afirma:

"Coitado, ele pejeja para evitar. Mas às vezes, não tem jeito (...). Acontece assim. Agora, se fosse pelo gosto dele, ele não tinha mais nenhum, porque ele fala (...), me vê assim adoentada. Mas o que ele pode fazer? Não está nas mãos dele".

O conformismo alia-se à idéia de portadora de um corpo para a procriação, contudo saiba que este corpo já não mais apresenta as condições naturais para essas funções. Ao migrar, preenche as duas tarefas para as quais foi destinada: a reprodução humana e a reprodução da força de trabalho do grupo familiar como um todo.

Malgrado as doenças, "tira toda a safra" com o marido. Não é registrada como trabalhadora individual. Sua produção soma-se à do marido, de tal forma que para a usina, somente ele aparece como empregado. Aliás, este é um método bastante utilizado. É conhecido como **Baião de dois**, ou seja, duas pessoas cortam, ao mesmo tempo, as mesmas cinco ruas. Trata-se de uma maneira de produzir a **média** exigida pela usina. É uma forma dos mais fracos, dos doentes, dos portadores de pouca força unirem-se para lograr algum dinheiro, pois, individualmente, não seriam aceitos pelos critérios de produtividade (em geral, a média exigida é de seis toneladas de cana cortada por dia).

Repetem-se, aqui, as considerações acerca das relações de gênero feitas acima. O trabalho de Rita é invisível, não registrado e, por isso, adquire o caráter de **ajuda** ao do marido. Todavia, esta é a única possibilidade existente num universo de extrema miséria. Do total do que recebem, 30% são destinados ao pagamento do aluguel do cômodo e da guarda do bebê. Descontados os gastos com a alimentação, é muito pouco o que sobra para enviarem aos filhos que ficaram.

No que concerne àqueles, exprime

muitas preocupações, motivadas pelo medo de cair no rio existente próximo de sua casa. Reconhece que a filha mais velha, igualmente doente, não logra cuidar de todos. Com isso, aumenta seu estado de ansiedade, agravando, mais ainda, a saúde precária. Nota-se que, apesar dos arranjos familiares, não se desvencilha das funções relativas à maternagem. Mesmo ausente, assume, ao nível das representações tais funções, manifestas através de um discurso reprimido, pleno de tristezas e insatisfações.

O exemplo de Rita desvela muitos elementos escondidos desta migração: mulher migrante para um trabalho duro como o corte da cana, grávida, com filhos pequenos. Estes (des)qualificativos são responsáveis por sua retirada deste mercado de trabalho, frequentemente, reservado aos homens fortes e jovens. Daí, sua invisibilidade. Em sendo mulher, há uma aceitação deste status de trabalhadora escondida, de uma mera ajudante do marido, também fraco. Tal situação é vista como sendo natural, tanto por ela, quanto pelo marido. Reproduz-se, assim, a naturalização das relações sociais assentadas nas diferenças entre homens e mulheres.

SANTA

Santa nasceu no povoado de Cantagalo. Desde criança, também trabalhou no terreno do pai. Com a morte deste, os irmãos expulsaram-na da terra. Então, ela "saiu do terreno deles".

A partir daí, tornou-se migrante em terreno dos outros. "Desde esta época, eu estou migrando em terreno dos outros". As razões da expulsão deveram-se ao fato dela ser filha natural.

"Eles (os irmãos) falaram que eu não tinha o direito de ficar na terra. Mas meu pai me legitimou. Mas eles não me deixaram ficar; hoje a terra é só deles.

Logo depois deste fato, casou-se com um homem que também perdera as terras e trabalhava à terça nas terras dos outros. Assim, tornou-se parceira até a morte do marido, em virtude da doença de chagas. Logo em seguida, se "destinou a ir para São Paulo". Impossibilitada de conseguir a cooperação de outras pessoas para a guarda dos filhos, migra com eles.

Segundo ela, sempre consegue trabalho, porque as pessoas sentem pena em virtude de estar acompanhada das crianças. O dinheiro das passagens é conseguido através de um empréstimo de um compadre, o qual será ressarcido, assim que receber a pensão do marido.

Migra porque não logra sustentar os filhos com o que recebe na terça. Ademais paga juros altos na "venda" pelos produtos comprados a prazo. Com o salário a ser auferido, espera poder pagar as dívidas e comprar cama para os filhos, pois, os mesmos dormem em esteira de folhas de bananeira. Auto-representa-se enquanto fraca, em razão de não possuir terras e ser incapaz de garantir o sustento dos filhos.

No período da parada, regressa, porque não consegue trabalho nas usinas ou fazendas. Pelo fato das crianças serem ainda pequenas, às vezes, quando há vagas as deixa na cidade. Em caso contrário, as leva consigo para o eito dos canaviais. Identifica-se com outras mulheres do povoado que também são migrantes. Algumas deixam os filhos com as avós ou outras mulheres, vizinhas ou parentes. Outras partem com eles.

Os relatos mostram que os arranjos sociais só existem entre as mulheres, de tal sorte, que se pode falar em **feminização** deste fenômeno. Configura-se, portanto, o ato de cuidar dos filhos cabendo às mulheres.

Porém, houve, neste povoado um caso recente de abandono dos filhos pela mãe. Tal fato é interpretado como enlouquecimento desta mulher. Todavia, quando o sujeito do abandono é o homem, as percepções são diferentes. Tais atitudes são vistas como naturais porque é sempre a mulher quem cuida dos filhos. O caso relatado refere-se a uma mulher que, após a morte do marido, achando-se só com quatro crianças, pensou em matá-los em virtude da fome existente. Contudo, não possuindo coragem para executar este ato extremo, deixou uma delas na casa de um irmão, outra foi colocada num chiqueiro e as outras duas foram deixadas no mato. Em seguida, foi embora e nunca mais regressou.

No que tange aos inúmeros casos de abandonos pelos homens, há a legalização desta situação, por intermédio das licitações de desaparecimento de maridos. Ou

seja, após decorridos cinco anos de ausência do marido, a mulher pode, juridicamente, solicitar a anulação do casamento.

Este fato é o indicador da enorme incidência de mulheres sós no Vale do Jequitinhonha. Além de serem **viúvas de maridos vivos, são sós**. Sem recursos, sem alternativas de emprego, lançam-se na rota da migração sazonal.

CONCLUINDO...

Este texto procurou trazer à tona o rosto feminino da migração sazonal do Vale do Jequitinhonha para as usinas da região de Ribeirão Preto. Em outro trabalho (Silva, 1988), foi revelada a saga daquelas que migram para as fazendas de café.

No que tange às causas desta migração, apesar da miséria se constituir no pano de fundo comum, recai sobre elas o peso da organização social de gênero assentada numa gramática sexual que, além de discriminar as mulheres, impõe-lhes valores cujos significados configuram o destino social de suas vidas. São mulheres consideradas inexistentes no conjunto desta migração.

Contudo, ao "escovar esta história a contra pelo", desvela-se não somente o mundo da exploração de classes presente no eito dos canaviais, como também aquele que ocorre nos lugares escondidos, íntimos, intocáveis e invisíveis, porém, reais.

* Maria A. Moraes Silva é Profª do Dpto. de Sociologia da FCL/UNESP-Araraquara.

NOTA

1 - Esta pesquisa procurou captar a situação dos(as) migrantes temporários nas regiões de origem e destino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BISON, W.P. (1995) *A volta por cima. Mulheres migrantes entre o Vale do Jequitinhonha e São Paulo*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. São Paulo, USP.
- GILLIGAN, C. (1991) *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro, Rosa do Tempo.
- LAURETIS, T. de. (1987) *Tecnologies of gender*. Bloomington: Indiana University Press. p. 18.
- SILVA, M. A. M. (1988) "A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a proletárias". *Travessia* - Ano I, nº 1, maio-agosto. p.9-15. São Paulo, CEM.
- SILVA, M. A. M. (1995) *Desígnios e trajetórias de camponesas migrantes*. In: BLASS, L. (org.) *Temas*, Ano I, vol 1, p. 65-99, Araraquara, F.C.L./UNESP.

A VOLTA POR CIMA

Wanderluce Pessoa Bison *

Enfocando o processo migratório sob a perspectiva das implicações decorrentes para os sujeitos nele envolvidos, este artigo aborda um grupo de mulheres que transita entre o Vale do Jequitinhonha-MG e a cidade de São Paulo¹. Olhar os migrantes sob tal prisma tem conformado uma espécie de lugar central. Os estudos enfatizam, com frequência, as rupturas culturais, as transformações na bagagem política, enfim, os múltiplos impactos que o processo de confronto com universos diversos pode trazer para eles. Partindo desta temática geral, objetivamos pontuar algumas particularidades concernentes ao grupo reportado, chamando a atenção para aspectos que têm sido, até então, pouco explorados pelos pesquisadores.

Retornar ao lugar de onde saiu temporária ou definitivamente, costuma colocar o migrante frente a situações inesperadas. As mudanças que o tempo opera tiram a possibilidade de reconstituição original de fatos e coisas às quais ele, naturalmente, esperava encontrar (Martins, 1988a: 45-46). É bom lembrar, ademais, que as imagens do mundo que ficou para trás, evocadas por quem se encontra distante, mesclam, com o sonho, a realidade. A operação de lembrar o passado mobiliza toda a nossa experiência presente. Quando o migrante pensa sobre o seu mundo o faz, então, a partir dos referenciais que possui no momento à sua disposição². E como ele já é uma outra pessoa, o mundo que suas lembranças recria não coincide com aquele

que ele encontra ao regressar. Essa história já foi mil vezes contada (Halbwachs, 1990).

Acompanho, há cerca de oito anos, o grupo de mulheres ao qual nos reportaremos³. Na maioria solteiras, elas migraram sozinhas, isto é, suas famílias permanecem no Vale do Jequitinhonha, para onde, esporadicamente, empreendem viagens de retorno, seja para uma visita breve, seja passar as férias.

Essas contínuas voltas colocam-nas em contato direto com o seu universo originário de relações, do qual, a bem da verdade, não se dissociaram inteiramente. Parte do salário que recebem em São Paulo é remetido para o Vale do Jequitinhonha, ajudando na manutenção das famílias. Roupas, sapatos, utensílios domésticos etc, enviados por encomenda ou levados na bagagem quando retornam, significam uma contribuição importante, permitindo, inclusive, que nem todas as mulheres de uma mesma família necessitem migrar, conforme referenciarão-me reiteradas vezes.

Nestes retornos periódicos que realizam, elas se defrontam com problemas cujos determinantes são estreitamente vinculados ao fato simples de serem mulheres. Em torno deste dado que matiza o processo migratório em questão, concentraremos as reflexões a seguir.

UM POUCO DE SUAS HISTÓRIAS

Deixar o Vale do Jequitinhonha, mais do que isto, passar a viver distante da

família, trouxe para essas mulheres inúmeras implicações. Objetivando dimensionar as conseqüências que tal processo lhes acarretou, procuraremos delinear como viviam antes e como, em certo sentido, vivem ainda as mulheres no Vale do Jequitinhonha.

Os relatos de suas histórias, registrados ao longo dos anos que as acompanhei, estampam uma infância sem muitos prazeres. O trabalho pesado, na roça; a figura autoritária do pai; o não acesso a direitos elementares como o de ir à escola por exemplo, compõem o acervo básico de suas lembranças. Apesar disso a infância evoca, também, alguma doçura. Elas se recordam das festas na cidade e dos preparativos antecedentes. Das "quitandas" preparadas pela mãe; das viagens, acompanhadas pelos vizinhos; das roupas novas, compradas com sacrifício. Acompanhamos os depoimentos:

"Lá no Jequitinhonha, trabalhar, no meu caso eu sofri muito por causa do meu pai. Eu só sofri. Trabalhava o dia inteiro na enxada. Levantava às 6 horas da manhã. Tinha vez que ia até sem tomar café. Daí, mais tarde, mandavam o café e a gente tomava e ia até mais de meio-dia. Depois voltava, almoçava e de novo pra roça. Enquanto o sol tivesse claridade a gente tava na enxada. Quando era final de semana ele - o pai - marcava aquela tarefa imensa pra gente tirar. Se não tirasse entrava no coro (apanhava). Fazia

aquela tarefa porque tinha medo. O meu pai não deixava eu ir pra escola, tinha que trabalhar” (M.G.M.).

“(…) Meu pai toda vida foi bravo. Eu tenho saudade do tempo de criança, mas ao mesmo tempo não. Pros outros tudo bem, mas pra mim, sei lá, eu era muito maltratada. Meu pai não gostava que eu estudasse. Aos sete anos eu já tinha minha enxadinha. Aos dez anos fazia comida para os camaradas. Às vezes eu não gostava. Nunca gostei de cozinhar. Hoje eu ainda cozinho porque não tem outro jeito, mas gostar eu nunca gostei. Isso tudo antes dos dez anos. Fazia comida pros camaradas, fazia tudo em casa e tinha ainda que levar comida na roça. Meu pai nunca deixou de ser bravo. É de geração. Meu avô também era assim. Minha mãe era brava na hora certa. Quem devia ser brava era a mamãe, porque era de geração de índio...” (M.L.M.).

“Quem criou a mim e meus irmãos foi a minha mãe, com muita dificuldade. A gente tinha que trabalhar na roça, mexer com muita dificuldade porque ela não tinha nem um burrinho. Eu com seis anos tinha que trabalhar na roça com os meus irmãos e ainda cozinhar pra camarada. Tinha vez que tinha dez, quinze pessoas pra trabalhar e eu tinha que mexer no fogão pra fazer a comida pra minha mãe ajudar na roça. Era pesada a vida, foi muito pesado, como de fato até hoje. Só que agora, comparando com o que eu vivi quando era pequena, eu estou rica. Eu também fiava algodão. Minha mãe tecia muito, a gente tinha que ficar mais ela na urdideira urdindo, ajudava a enfiar a linha, pôr no tear, encher canela pra tecer. Ela tecia muito pra fora pra ganhar dinheiro e comprar as outras coisas que a gente não colhia. Com isso a gente vivia, sempre com muita dificuldade” (M.A.).

“Eu fico com vontade de voltar, sabia? Quando é época de festa, que saudade! Que vontade de tá lá! Eu queria que lá mudasse. Tivesse emprego, valôr. O que eu queria mesmo é voltar para a minha terra, pra minha

gente” (M.G.M.).

“Olha, a mulher lá no Jequitinhonha vive sozinha. Os homens ficam pra lá, pra cá. Mais pra cá do que pra lá. E quando tá lá ainda bebe uns golinhos de pinga. Quando a gente apanha a dor passa e o sentimento fica. O meu pai só soube xingar. Nunca soube conversar. Sempre naquele tom alto. Até uma faca que a gente deixava perder, sumir uma ferramenta, já tinha que apanhar. Tava trabalhando na roça, se cortasse um pé de milho que a gente não via era uma cabada de enxada na cabeça. Eu levei uma cabada de enxada na cabeça. Por isso que eu fico com mais raiva dele!” (M.G.M.).

“Tem hora que eu fico pensando... Mas tinha as coisas boas, as festas, a Semana Santa. Todo mundo ia da roça para a cidade. Fazia quitanda pra levar. Ia pro comércio assistir a festas. As ruas ficavam lotadas. Agora não é igual. Tem o resto, mas não é igual não. Tem hora que eu sinto saudades do que passou. É como uma pessoa que morreu. Não volta nunca mais...” (M.G.).

“No Jequitinhonha morrer de fome não morre, mas outras coisas, vestir... Ainda mais moça, quer ter as coisas dela, tudo isso. E lá não tem condições de jeito nenhum. Quando eu morava lá eu trabalhava um mês para comprar um pano. A gente nunca comprava roupa completa. No outro mês pagava a costureira. Ai faltava o sapato”. (M.G.M.)

As Mulheres no Vale do Jequitinhonha

Por serem precárias as condições de vida, e como é comum em áreas de produção camponesa, todos os membros da família, inclusive mulheres e crianças, realizam atividades ligadas ao cultivo da terra. Plantar, capinar e colher formam a rotina cumprida durante o ciclo agrícola, quando tudo transcorre normalmente.

As mulheres, além destes trabalhos, se ocupam do preparo da comida, da limpeza da casa e de tantas outras obrigações que

fazem parte das tarefas domésticas.

Este conjunto de atividades não tem garantido, entretanto, o sustento da família. Há vários anos a migração temporária, sobretudo dos homens, tem sido utilizada como estratégia complementar.

Descrito desta maneira, há uma relativa naturalidade na sucessão de fatos. Ouvindo as mulheres, contudo, pode-se constatar que a realidade em que vivem lhes é amplamente desfavorável. E não apenas porque o afastamento periódico dos homens lhes imputa um acréscimo de trabalho e tantas outras dificuldades. Seus relatos informam que, no arranjo de poderes que compõe a tessitura social, prevalece o domínio dos homens, estabelecendo uma forte submissão das mulheres, em alguns casos, inclusive, por meio da violência física.

Em linhas muito gerais é este o contexto que, ao migrar, as mulheres em apreço “deixaram para trás”.

A Vida em São Paulo

Como empregadas domésticas, as mulheres que migram moram nos locais em que trabalham, de onde saem, praticamente, somente nos finais de semana. Este tempo é aproveitado para o reencontro com outros migrantes provenientes do Vale do Jequitinhonha. Logo que chegam a São Paulo elas se informam sobre os locais onde podem encontrar seus conhecidos e, em muitos casos, algum parente. Dentre esses locais estão o Parque do Ibirapuera, freqüentado aos domingos; as proximidades das Estação da Luz; o Terminal Rodoviário Tietê, onde há sempre alguém chegando ou partindo para o Vale do Jequitinhonha, e muitos outros espaços de lazer. O distanciamento geográfico não provoca, portanto, uma ruptura completa. Elas continuam vinculadas a seu mundo.

Aquelas que têm filhos costumam levá-los para o Vale do Jequitinhonha, deixando-os sob o cuidado de parentes, o que constitui, para os mesmos, garantia certa do recebimento de ajuda no final do mês. Outras optam por deixá-los em São Paulo, com pessoas conhecidas. Elas remuneram este trabalho e se encontram com os filhos apenas nos finais de semana. Isso acontece, inclusive, com as casadas.

Apesar de viverem uma realidade difícil, a ida para São Paulo é encarada positivamente. Este dado é relevante porque os estudos, freqüentemente, enfatizam a desagregação da família como conseqüência negativa da migração⁴. No caso em questão, o afastamento do universo familiar significou a possibilidade de rompimento com relações opressivas, conforme elas próprias enfatizam:

“Quando eu morava na casa do meu pai ele era bem diferente. Me obrigava a ir pra a roça em vez de estudar. Bastava me olhar e eu já sabia o que ele queria. Hoje quando eu chego lá é aquela emoção, tá todo mundo me esperando, eu sou tratada como uma visita. Eu agora sou uma pessoa independente, eu dei a volta por cima”.

O ESPECTRO DE IMAGENS NEGATIVAS

Conforme pode-se depreender, a migração significou, para estas mulheres, um canal emancipador importante. Entretanto, ela não as livra inteiramente da submissão que, desde cedo, acompanha suas trajetórias. Elas são empregadas domésticas, moram nas casas das patroas, e sabemos o que isto significa em uma sociedade como a brasileira. A convivência cotidiana, porém, com formas de organização social que, inegavelmente, têm que levar em conta conquistas femininas, faz com que elas, antes “determinadas” a serem filhas ou esposas submissas, sejam impregnadas por novas visões de mundo.

Se, por um lado, tal processo lhes esboça a possibilidade de virtuais conquistas, por outro, o espectro de imagens negativas que emerge no Vale do Jequitinhonha, estampa, uma vez mais, sua condição de desigualdade. Vejamos os depoimentos:

“Tem muito preconceito com as moças que saem. Quando a gente chega lá eles falam com a gente: olha, se você tivesse aqui já tinha casado. Pra casar os rapazes preferem as moças que estão lá, que nunca saiu pra fora. Eu acho que eles preferem é uma esposa

pra eles dominar. Quem vem embora sabe mais das coisas; não vai querer aceitar; se o homem fala: - ‘senta aí’, não vai querer sentar. Agora as de lá não, elas morrem de medo. Quem saiu não está mais nas rédeas deles”. (M.F.S.)

“Com esse negócio da crise tá muito difícil. Antes era só os homens que saíam, hoje é todo mundo. Os homens lá do Jequitinhonha têm um defeito: são muito machistas. Casam e as mulheres sofrem muito. Os homens não cuidam da família. Casa e depois que tem dois, três filhos larga a mulher na mão. Agora mesmo tem duas, três famílias, perto da minha casa, abandonadas. A mulher lá não tem liberdade. Ela quer casar não sei por quê. Só sabe trabalhar e criar menino, dentro de casa, não pode sair. (...) Quem sai da minha terra pra cá não vale mais nada na boca do povo. Eles falam da pessoa por fora, na frente não têm coragem de falar nada...”. (M.A.)

“A solução dos pais lá de Minas para as filhas é casar. Vai empurrando no primeiro que chega. Lá em casa são sete mulheres, só uma casada. Então, fica sempre falando, querendo obrigar. O quê? Ninguém é obrigado a viver com quem não gosta. O casamento lá é igual um negócio pro pai ficar livre da filha. Quando eu estava lá eu queria casar para ter um marido. Hoje eu penso diferente. Agora, se eu não tivesse saído pra fora, ia ficar como as de lá, Deus me livre. Aqui é um lugar muito diferente”. (M.G.M.)

“(...) Eles casam mais é com as moças de lá mesmo. Eu acho que quem está lá é mais fácil de não querer sair, vir para cá. Primeiro isso era muito rígido, mas agora está mudando. Pra eles a guarda da gente são os olhos deles. Então pra cá, sem eles enxergar, a gente poder fazer o que quer. Eles acham que a mulher tá no cabresto. Tudo que passa lá eles estão sabendo, e aqui eles não estão vendo nada. É difícil um homem lá que não tenha essa característica de machão. Eles falam: lugar de mulher é dentro de casa. Claro, quando eles chegam o café está coado,

roupa lavada, comida pronta. Em geral eles casam e vêm pra São Paulo. É demais a mulher casar, viver sozinha, capinar roça, fazer tudo, criar os filhos e ainda agüentar imposição. Mas lá é assim. Os homens acham que as mulheres têm o direito de calar quando eles falam”. (M.G.M.)

O ARTIFÍCIO DO ESTIGMA

Estes relatos explicitam que as mulheres migrantes possuem consciência de que é o fato de não mais aceitarem ser submetidas que determina a discriminação. A partir deste dado relevante, adentrando o contexto do Vale do Jequitinhonha, buscamos agregar alguns elementos que ajudem a situar tal problemática em um leque maior de perspectivas.

Como nos informa a literatura e de acordo com o anteriormente reportado, o processo de reprodução do campesinato no Vale do Jequitinhonha tem, na figura da mulher, um dos seus elementos principais (Martins, 1988a). Com a migração temporária dos homens elas assumem, juntamente com as crianças, na unidade de produção familiar de subsistência, o conjunto de atividades que permite a reprodução daquele modo de vida. Se a colheita é muito fraca, se a situação exige, elas também podem migrar, como está acontecendo atualmente. Mas, normalmente, migram as solteiras ou aquelas que, dentro das circunstâncias, não têm empecilhos maiores.

Há dezenas de anos, portanto, os trabalhadores do Vale do Jequitinhonha, os homens de modo particular, acumulam a experiência da migração para locais distantes⁵.

Este afastamento do universo camponês e o contato intermitente com contextos diferenciados leva-os a promover uma reconstrução da imagem do seu mundo, a partir de referenciais comparativos, prática esta, aliás, comum entre migrantes.

Nestas trajetórias de idas e voltas eles sedimentaram, ao longo dos anos, uma sólida consciência sobre a importância de poder, a partir das raízes que mantêm assentadas em seu mundo de origem,

intercambiar com outros lugares, por meio da migração. Sem esta alternativa, sabem eles muito bem, estariam fadados a permanecer sob o signo da miséria, (e não é só a miséria da falta de dinheiro). Inversamente, assumir em definitivo a condição de assalariado equivaleria a tomar um caminho sem volta, que os submeteria a um circuito de relações totalmente indesejadas. É porque podem voltar sempre ao ponto de partida, reencontrando-se no reencontro com a família, no mundo que reconhecem como seu, que eles atribuem importância vital a São Paulo. Se tomassem, todavia, a decisão de migrar em definitivo, o montante que viriam a obter com a venda da terra não seria suficiente para arcarem com as despesas da mudança e a aquisição de uma moradia, mesmo modesta. Logo, suas condições reais tornam esta uma decisão temerária, cujas conseqüências não é difícil prever.

É a partir das condições concretas e do arsenal de experiências acumulado ao longo de suas migrações que estes trabalhadores refletem sobre sua situação social. E fazem-no, como pude constatar pessoalmente, estabelecendo paralelos entre os atributos de tranquilidade e segurança associados ao seu universo de pertencimento (a despeito de também ser o lugar do "abandono e da miséria") e a insegurança que a cidade grande pode representar.

A importância que tem, pois, para esses homens, a possibilidade de continuar realizando esta estratégia de vida fornece um fio condutor que ajuda a desvendar facetas apenas delineadas nos relatos das mulheres. Tudo dá a entender que quando o projeto de vida é permanecer no Vale do Jequitinhonha, plantando roça, colhendo, constituindo família e migrando temporariamente sempre que necessário for, é de fundamental importância continuar contando com a anuência da mulher em relação ao modo de vida consolidado. É fundamental que ela continue, inclusive, aceitando as desigualdades evidentes, o que, diga-se, está longe de ser o caso daquelas que passaram pela experiência de viver sozinhas em São Paulo.

Creemos poder afirmar, pois, que a discriminação dirigida às mulheres que migraram tem um sentido pragmático muito forte; que existe uma correlação lógica

entre esta discriminação e a preservação do "Status Quo".

A rigor, as novas formas de ser e de ver o mundo, conquistadas pelas mulheres que migraram, tendem a ameaçar não as relações de dominação apenas (embora seja esta a ameaça primeira). Elas colidem com as aspirações dos homens, cujo projeto de vida é permanecer no Vale do Jequitinhonha, reproduzindo-se enquanto camponeses. O estigma visa funcionar, portanto, como mecanismo demarcador de diferenças: as mulheres que migraram já não podem servir de parâmetro para os padrões segundo os quais a vida transcorre no Vale do Jequitinhonha.

Diante deste quadro de questões, não seria o caso de nos perguntarmos até que ponto elas estariam realmente sendo preteridas, conforme afirmam em seus depoimentos? Podemos perfeitamente entender essa operação em sentido inverso: ao confrontarem os padrões normatizadores das relações entre homens e mulheres, recusando-se a aceitar as condições pré-estabelecidas, não estariam, elas sim, redefinindo as regras do jogo?

Concluindo, lembramos que, de acordo com Erving Goffman o estigma reflete uma linguagem de relações e não de atributos (1988:13). O indivíduo estigmatizado incorpora os padrões que a sociedade estabelece, tendendo a acreditar que realmente possui algum defeito. "Ele acredita que se encontra abaixo do que deveria ser" (idem *ibidem*:16).

Se assim é, então, tudo indica que, uma vez questionando, as mulheres em apreço deslegitimam as razões pelas quais recebem o estigma e a tendência é que ele venha a desaparecer. E quando isto se concretizar elas terão, de fato, realizado a volta por cima.

** Wanderluce Pessoa Bison é Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Membro da Equipe do Serviço Pastoral dos Migrantes.*

NOTAS

1- Sintetizo, neste artigo, algumas idéias desenvolvidas na dissertação de mestrado "A Volta por Cima - Mulheres Migrantes entre o Vale do Jequitinhonha e São Paulo". São Paulo, Departamento de Geografia, USP, 1995.

2 - Sobre o processo de reconstituição da memória do passado, ver, entre outros, BOSI, 1987, p. 17.

3 - Por iniciativa de agentes ligados ao Serviço Pastoral dos Migrantes este grupo se reúne, mensalmente, na cidade de São Paulo. Acompanho-o desde a primeira reunião, ocorrida em novembro de 1987.

Informamos também que, embora utilizemos a expressão Vale do Jequitinhonha, estamos nos referindo às comunidades de Quebra Bateia, Gravatá e Paiol (Município de Chapada do Norte) e Cabeceira do Cansanção (Município de Minas Novas).

4 - Segundo José de Souza MARTINS, a conotação negativa com que a migração freqüentemente é abordada, não leva em conta que, no Brasil, ela cumpre, muitas vezes, o importante papel de desagregar relações sociais arcaicas que representam um peso negativo em qualquer sociedade. Ele cita, entre outros, o exemplo da família, marcada pela herança patriarcalista (Martins, 1990: 2-3).

6 - "Desde pelo menos a última década do séc. XIX, são freqüentes as viagens de trabalhadores do Vale do Jequitinhonha para colher safras em outros lugares. De acordo com LANNA (1989), a substituição dos escravos no café da Zona da Mata Mineira foi possível porque as colheitas passaram a ser feitas pelos trabalhadores temporários vindos do Jequitinhonha. O Jornal 'O Serro' entre 1890 e 1895, fez campanha contra as viagens de lavradores para a colheita da Mata: deixavam os fazendeiros da região, de abril a setembro sem diaristas. FERREIRA (1934) descreve a participação ativa - e temporária - dos trabalhadores do Jequitinhonha para colher café e derrubar matas no Vale do Mucury, nas décadas de 1920 e 1930. A tradição oral do Jequitinhonha fala dos "Cacaieiros", trabalhadores que iam e voltavam para o trabalho na Mata do Mucury, levando um saco ('cacaí') nas costas (...) os agricultores do Vale do Jequitinhonha participaram do trabalho temporário em quase todas as frentes agrícolas de trabalho no Centro-Sul do Brasil nos últimos cinquenta anos: Paraná (1950-70); Mucury (1930-60); Mato Grosso (1950-70); na construção civil (1970) e corte da cana em São Paulo (1980-90). E regressaram, e criaram família, e plantam e colhem conforme aprenderam (RIBEIRO, 1993:28).

BIBLIOGRAFIA

- BOSI, Ecléa.
(1987) *Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos*. São Paulo, T.A. Queiroz/Edusp.
- GOFFMAN, Erving.
(1988) *Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.
- HALBWACHS, Maurice.
(1990) *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice Revista dos Tribunais.
- MARTINS, José de Souza.
(1988a) "O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil". *Não há terra para plantar neste verão. O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*, pp. 43-61. Petrópolis, Vozes.
- MARTINS, José de Souza.
(1988b) "Migrações Temporárias: problema para quem?" *Travessia*, nº 1, maio-agosto, pp. 5-8.
- MARTINS, José de Souza.
(1990) Palestra proferida no I Encontro Nacional sobre Trabalho Sazonal. SPM, (mimeo).
- RIBEIRO, Eduardo.
(1993) "As invenções de migrantes". *Travessia*, nº 17, setembro-dezembro, pp. 27-30.

VIAGENS DE IDA E VOLTA: A migração de camponesas pobres na Argentina

Cristina Biaggi*

(Traduzido do espanhol por Sidney Silva)

A história de Rita

Foi no decorrer dos primeiros dias do mês de março de 1996 que Rita faleceu.

Conheci Rita há aproximadamente nove anos e sempre recordo desse dia. Foi na cidade, durante um encontro de camponeses. Nosso primeiro encontro deu-se enquanto, sentadas na galeria de uma escola, aguardávamos a hora do almoço, e a conversa girou em torno dos filhos. Ela viera do campo para obter informações acerca de Chuca, seu esposo, que estava preso por defender seu direito, e o de muitos outros, de trabalhar e viver na terra de seus pais.

Houve um momento, naquele dia, que souu como uma surpresa. Foi quando, durante uma conversa, percebemos que Rita se expressava em inglês. Conhecendo a região donde ela provinha, lugar que apenas neste ano passara a contar com escola, além do que sequer eletricidade havia para se poder pensar num televisor, o assombro aguçou nossa curiosidade.

Ela contou-nos, então, sua pequena história de migrante como empregada doméstica em Buenos Aires. Trabalhara na casa de um funcionário de um banco internacional, o qual, ao ser transferido para Washington, solicitou a Rita que o acompanhasse, a ele e sua família, para seu novo lugar de destino. Passado um tempo, regressaram todos para a Argentina, ocasião em que Rita veio a se casar com Chuca. Seu patrão ofereceu trabalho para ambos, mas eles recusaram e decidiram abandonar sua

vida de camponeses-migrantes para voltarem a trabalhar na terra em que haviam nascido.

Regressaram e comprometeram-se, cada um de acordo com suas possibilidades, a lutar pela terra, além de buscarem, com grande desejo, ter filhos. Quando Rita morreu tinha com Chuca três filhos: dois adotivos e uma menininha legítima de um ano e meio, presente dado pela natureza após os 40 anos de idade. Sua morte foi resultado de uma série de circunstâncias, todas relacionadas com a situação de pobreza vivenciada pela maioria dos camponeses do norte da Argentina.

Uma Migração marcada pelo gênero

A história de Rita, a de uma mulher jovem que migra e decide retornar, é a história de muitas outras camponesas que nasceram na zona rural de Santiago del Estero.

Esta província, localizada no noroeste argentino, caracteriza-se historicamente por ser uma região expulsora de população. Desde o início do século XIX, quer por razões de ordem ecológica, quer em virtude do modelo de desenvolvimento que se foi impondo a partir da hegemonia de Buenos Aires sobre o país, seus excedentes populacionais passaram a migrar definitivamente ou temporariamente. Ainda que, como consequência das políticas econômi-

cas implementadas no país a partir dos anos setenta, a expulsão de população tenha diminuído nas duas últimas décadas, e que seu destino final tenha deixado de ser exclusivamente Buenos Aires, atualmente a emigração de jovens da área rural continua sendo vista como a única opção possível para numerosas famílias.

A migração dos pobres do campo para as cidades ocorre no âmbito de uma sociedade na qual a oposição rural/urbano vem associada ao binômio pobreza/riqueza, ainda hoje, com o índice de desemprego historicamente mais elevado nas principais capitais do país. Para os camponeses expostos a contínuos riscos em suas atividades produtivas, tanto por razões climáticas como por oscilações das políticas agrícolas, o salário mensal urbano representa o ingresso na sociedade. A ausência do dinheiro aparece para estas pessoas como a causa de sua exclusão social.

No âmbito do processo migratório, as dificuldades são distintas seja para um camponês ou uma camponesa que deixam a terra e sua família para buscar trabalho nas áreas urbanas. Além das diferenças biológicas, o que distingue as migrações femininas e masculinas são as desigualdades existentes entre os gêneros em nossa sociedade. O gênero é o que distingue as mulheres dos homens em termos de papéis e atividades que desempenham, e toda sociedade e cultura tem expressões diversas do gênero de acordo com os padrões de relações sociais existentes. Portanto, o gênero é um conceito relacional e isto significa que os papéis sociais masculino e

feminino não existem isoladamente: um é construído na relação com o outro. Ademais, a concepção a partir do gênero existente em nossa sociedade, considera que não são de igualdade as relações entre homens e mulheres: são relações de poder e hierarquia dos homens em relação às mulheres.

Portanto, ao analisar a migração camponesa feminina é necessário considerar que:

- A mulher pobre que busca o mercado de trabalho urbano está, por seu caráter biológico de reprodutora, mais exposta e fragilizada diante do novo contexto. Os conhecimentos que traz do meio rural sobre a sexualidade não são suficientes para enfrentar a sociedade urbana, e aqueles vinculados com a maternidade são alheios aos existentes na cidade. O fato de ter um filho a expõe, em geral e muito mais

quando não vive com um companheiro, a situações de maior desvalorização de sua condição de mulher.

- Se ser pobre determina os que deixam tudo e saem em busca de trabalho longe do lugar de origem, ser mulher agudiza a condição de migrante. Se bem que a subordinação é marca comum à mulher do meio rural e a do urbano, como as relações entre os gêneros variam segundo as sociedades, os mecanismos de submissão ante os quais as camponesas se defrontam na cidade são desconhecidos.

Em décadas passadas houve para as mulheres pobres do meio rural possibilidades no mercado de trabalho urbano dentro do setor industrial, hoje só existe como opção o emprego doméstico. Isso determina ainda mais a condição de subordinação da migração feminina, porque, além de realizar um trabalho desvalorizado social-

mente, via de regra vivem na casa em que trabalham e perdem com isso seu espaço de liberdade.

Quando a mulher exerce atividades agropecuárias não relacionadas com o autoconsumo, realiza, por diferentes razões, um trabalho duplamente desvalorizado. Isto é assim porque o trabalho agrícola é menos valorizado em relação a outras tarefas produtivas e, a partir da perspectiva de gênero, dentro da divisão do trabalho por sexo nas sociedades capitalistas as ocupações que requerem força física são consideradas como masculinas.

Em geral, quando a produção familiar obtém maiores êxitos econômicos, as mulheres deixam as atividades agropecuárias para dedicar-se unicamente às de autoconsumo consideradas como uma extensão de suas responsabilidades reprodutivas. Por sua vez, as atividades

Foto: Cristina Biaggi



domésticas femininas nas áreas rurais são mais árduas (prover a água ou buscar a lenha para cozinhar, por exemplo) em comparação com as efetuadas no meio urbano. Portanto, as mulheres pobres ao migrar buscam desenvolver atividades consideradas como femininas e em condições mais favoráveis, além da necessidade de conhecer o mundo existente para além dos limites da comunidade rural.

Galgar uma melhor educação formal aparece para muitas jovens como outro objetivo para sair do âmbito familiar. Na Argentina, a situação das mulheres é mais desfavorável que a dos homens no que diz respeito à frequência escolar bem como aos níveis de educação alcançados. Isto se acentua na províncias com maior porcentagem de população rural - Santiago del Estero, Misiones, Formosa, Chaco, Catamarca, Corrientes -, onde é maior o número de mulheres que nunca frequentaram a escola. A educação formal aparece, então, dentro do imaginário feminino, como um instrumento eficaz para ascender socialmente e atenuar sua condição de subordinação. Quando a mãe não conseguiu um certo nível de educação, tentará fazer com que a filha o alcance e, para tanto, a estimulará a migrar para que estude.

Todavia, a migração rural não se caracteriza como uma decisão individual mas é produto de uma estratégia para a reprodução deste tipo de produção. Em um determinado momento do ciclo familiar, as famílias rurais pobres necessitam expulsar alguns de seus membros como forma de manter o equilíbrio de sua economia doméstica. Por isso, em muitos casos, não existe a possibilidade de escolha entre permanecer no lugar ou migrar, e o medo que significa para estas mulheres jovens deixar a pequena comunidade se mescla com o entusiasmo de poder conhecer tudo aquilo a que não têm acesso, de poder ajudar economicamente a família ou de conseguir estudar e modificar sua situação. E ao chegar na cidade buscam integrar-se nos espaços que outras mulheres e homens construíram ao chegar no meio urbano para reproduzir, como o fazem outros migrantes, os laços solidários e os códigos sociais compartilhados no mundo rural e tudo aquilo que possibilita atenuar a saudade.

A história das companheiras de Rita

Em geral, todas as mulheres camponesas pobres de Santiago del Estero possuem em sua história de vida uma passagem por uma grande cidade. Segundo as redes familiares, algumas fazem antes uma primeira experiência na capital provincial para, mais adiante, migrar para centros urbanos de maior importância. Para muitas, esta tem sido a única oportunidade para tomar conhecimento do que a sociedade em que se inserem, ou da qual participam parcialmente, lhes oferece. O modo como regressaram ao campo varia segundo as particularidades de suas histórias: regressaram para um carnaval e casaram-se com o ex-noivo; os pais ficaram sozinhos e velhos e alguém deveria permanecer com eles para cuidá-los; casaram-se na cidade e decidiram retornar por diferentes motivos.

Enquanto que os relatos dos homens que migraram são compartilhados (acampamentos florestais, turmas para dematamento, contratação para obras), as camponesas distinguem-se por suas histórias individuais principalmente em virtude das características do emprego doméstico. Isso não impede que tenham passado por situações cômicas durante os anos que trabalharam no meio urbano. E, em geral, as tristezas do abandono da segurança da casa dos pais ou da separação do primeiro namorado ou do filho que nasceu quando eram ainda muito jovens e tiveram que abandonar ao partir, são deixadas de lado porque suas filhas também terão que migrar. O desconhecimento da "verdade objetiva" da migração por parte das mulheres mais jovens, somado a um feixe de fantasias sobre as possibilidades que a cidade oferece, constituem elemento imprescindível para que o processo continue se repetindo.

Existem outras histórias de mulheres rurais migrantes em Santiago del Estero. São daquelas camponesas que durante grande parte de suas vidas andaram de uma zona a outra de acordo com a necessidade de mão-de-obra para as colheitas ou para a exploração florestal. Estas mulheres não

possuíam casa, trabalhavam nas atividades agrícolas, ocupavam-se com a comida para o conjunto dos trabalhadores e com o cuidado dos filhos. Atualmente, a modernização da agricultura e a devastação florestal fizeram com que este tipo de migração feminina diminuísse. Os homens são contratados de forma individual ou em pequenos grupos e migram, em média, durante dois meses no ano para colheitas manuais ou para trabalho florestal. Esta é a história de Marta que, enquanto andava por um caminho do Chaco, deu à luz a um de seus dez filhos dentro do caminhão que transportava a todos os trabalhadores e seus pertences de um acampamento florestal a outro.

O retorno para o meio rural pobre

A vida das camponesas significa em relação às mulheres urbanas pobres, piores condições tanto para o trabalho doméstico como para a reprodução da família, especialmente no que concerne à saúde dos filhos. Mas então, por que algumas mulheres migrantes decidem retornar ao meio rural?

As histórias que elas contam são muito diferentes. Incluem as mulheres que vão para a cidade em busca da imagem do lugar onde as oportunidades de uma vida melhor são abundantes e quando as dificuldades são excessivas decidem regressar. Também existem as camponesas, em regiões com elevado índice de migração, que regressam por serem as responsáveis no interior do grupo familiar, para que o patrimônio da família permaneça e que a terra não seja abandonada quando da morte dos pais. Por trás de cada história particular existe o regresso de uma camponesa que decidiu recuperar sua identidade de mulher trabalhadora rural.

Na Argentina, as camponesas constituem um grupo minoritário, em virtude da baixa porcentagem da população rural no país, com uma representação específica do papel feminino e com uma dimensão própria de espaço e tempo, os quais, por seu turno, delimitam as fronteiras entre a vida urbana e rural. Cumprem suas atividades reprodutivas e domésticas no mesmo espaço em que realizam seu trabalho produtivo

gerador de renda para suas famílias, e dividem o tempo entre os papéis que lhe são atribuídos e as tarefas agropecuárias. Sua identidade como trabalhadora às vezes não aparece claramente como produto desta falta de delimitação entre os espaços e os tempos, se bem que é possível quantificar em cada caso o ingresso proveniente da mão-de-obra feminina nas principais fontes de renda.

Para as camponesas, o fato de compartilhar o espaço e o tempo entre as atividades relacionadas a seu gênero e às necessárias para a sobrevivência da família, não as situa no âmbito da contradição que a mulher urbana pobre sofre ao abandonar sua casa e seus filhos para assumir o papel de provedora que a sociedade espera que seja cumprido pelo homem. Por sua posição de classe, ambas necessitam gerar rendas, porém a camponesa consegue fazê-lo sem produzir conflitos pessoais. É em parte, como veremos a seguir, a contradição sofrida pela mulher que sai forçadamente para o mercado de trabalho onde ocorrem uma série de relações de dominação.

A mulher e sua multiatividade na agricultura familiar camponesa

As mulheres que migraram na sua juventude e regressaram ao meio rural pobre, hoje são mães de outros migrantes temporários ou definitivos. Também podem elas mesmas migrar de forma circunstancial ou os esposos saírem para complementar a renda da família em determinados momentos do ano. Isto ocorre porque a multiatividade é uma característica fundamental deste tipo de agricultura e as remessas de dinheiro dos migrantes constituem um componente importante na conformação da economia da família camponesa. A seletividade de quem permanece e de quem migra depende do tipo de atividade do empreendimento agropecuário. Nas culturas agrícolas mais pobres, o tipo de alimentação está relacionado ao poder aquisitivo. Estes padrões de consumo, adquiridos de geração em geração por razões históricas, definem o sistema produtivo destas culturas. Estes cam-

poneses produzem, ainda que em pequenas áreas, excedentes comerciais com o objetivo de obter o dinheiro necessário para a aquisição dos ingredientes básicos da alimentação familiar: açúcar industrializado, erva-mate e farinha de trigo. Para tanto, a migração sazonal ou as remessas dos migrantes definitivos possibilitam os recursos econômicos necessários para fazer frente às necessidades de consumo que só podem ser satisfeitas via circulação mercantil. Para tanto, um elemento tal como é a definição social do que seja uma boa alimentação, influi na lógica, na visão de mundo e no esforço produtivo.

Esta situação também determina que a produção voltada para o mercado, originando dinheiro através da venda, tenha um maior poder simbólico que a produção voltada para o autoconsumo, atividade principal das mulheres. A valorização do dinheiro nas sociedades capitalistas, que permite o acesso a bens industrializados, provoca uma atitude diferente no âmbito da família camponesa em relação à hierarquia das distintas produções existentes. É esta uma das razões pelas quais as mulheres camponesas não valorizam o tempo dedicado ao trabalho em atividades da esfera doméstica de autoconsumo (horta, aves domésticas, cabras, milho), ainda que estas sejam determinantes para a reprodução da família.

Ainda que não seja possível traçar uma distinção entre as mulheres da cidade e do campo, na Argentina foram elas que, nos últimos anos, apresentaram uma crescente participação na concorrência para o mercado de trabalho urbano. Senão vejamos: entre 1980 e 1990, o aumento tem sido entre 10% e 20%, enquanto a participação dos homens manteve-se ou estável ou em declínio. Por isso, pode-se dizer que a força de trabalho ocupada sofreu um processo de feminização, enquanto a subocupada e a desocupada sofreram um processo de masculinização. E isso relaciona-se diretamente ao fato da aceitação, por parte das mulheres, de condições gerais de emprego mais precárias, que por sua vez tem a ver com uma problemática específica de gênero: quando a mulher se submete ao assalariamento o faz em condições de extrema vulnerabilidade - mais ainda quando ela é chefe de família - aceitando qual-

quer emprego que vier pela frente, na expectativa, porém, de que se trata de uma situação passageira, mas que lhe permite a sobrevivência no momento da crise, para em seguida poder abandonar este emprego e voltar para o lar.

Uma das consequências do êxodo da mulher em direção aos mercados de trabalho distantes é o aumento, no meio rural pobre, do número de dependentes em relação à população em idade produtiva, isto porque os filhos dessas mulheres permanecem no local sob os cuidados de uma mulher mais idosa (em geral, a avó). Em síntese, o dinheiro proveniente da saída da mulher camponesa permite apenas a manutenção no meio rural de crianças e idosos, a sobrecarga de trabalho doméstico e reprodutivo da mulher que não possui trabalho fora de casa e a fragilização do lugar diante da presença de um número maior de crianças.

Quando perguntamos a Rita e Chuca, há quase nove anos atrás, porque haviam retornado, eles responderam que a vida no campo era mais digna e onde poderiam ter uma maior autonomia sobre suas vidas. A decisão de retornar para a pobreza do campo em virtude de poder decidir mais livremente e fugir da marginalidade das áreas urbanas pobres, acarreta para estes camponeses um ônus na qualidade de vida, recaindo este mais pesadamente sobre os ombros da mulher.

* Cristina Biaggi é engenheira agrônoma, pesquisadora do CICyT (Consejo de Investigaciones Ciencia e Técnica) da Faculdade de Agronomía e Agroindustria da Universidade Federal de Santiago del Estero.

BIBLIOGRAFIA

- BIAGGI, Cristina
(1996) "La Agricultura Familiar en la Argentina según el Censo Nacional Agropecuario de 1988". Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRRJ/CHS/CPDA.
- CAMPANA, Pilar
(1992) "El Contenido de género en la Investigación en Sistemas de Producción". Serie Materiales Docentes N° 2, Santiago, RIMISP.
- Consejo Nacional de la Mujer - Consejo Nacional de Coordinación
(1994) "Informe Nacional. Situación de la Mujer en la Última Década en la República Argentina". Bs. As.
- MENASCHE, Renata
(1995) *Gênero: que bicho é esse?* DESER. Curitiba.
- ROMANO, Jorge
(1996) "De como chegar a ser gente: Etnicidade e Hierarquia entre migrantes indígenas em Manaus". *Travessia-Revista do Migrante*, n° 24, jan-abr, p. 10.

TRABALHADORAS BRASILEIRAS EM BOSTON

Ana Cristina Braga Martes *

O interesse em se compreender o papel das mulheres nos fluxos migratórios tem crescido significativamente a partir dos anos 70¹. Até então, os atores presentes nos processos migratórios eram tomados pela bibliografia como sendo quase exclusivamente do sexo masculino. A mulher aparecia apenas como parte da família que viajava com o marido e os filhos para outras terras. Apenas nos últimos vinte e cinco anos, deu-se início a discussões acerca do papel econômico cada vez mais significativo desempenhado pelas mulheres nos fluxos migratórios contemporâneos, assim como nas mudanças nas relações de gênero, alterações na identidade feminina e ajustamentos familiares advindos dos processos migratórios (Buijs, 1993; Acosta-Belém, 1995; Sassen e Pessar, 1995). Recentemente, pesquisas cada vez mais redimensionadas por enfoques interdisciplinares têm buscado compreender a redefinição do papel da mulher no mercado de trabalho nas economias globais (Simon e Brettel, 1986), as relações entre gênero, classe e etnicidade (Bilac, 1994), as relações entre gênero e mudança econômica (Repak, 1995), o papel da mulher na família imigrante (Somon e Brettel, 1986; Phizacklea, 1983; Morokvasic, 1983), etc.

A valorização deste "novo" ator: a mulher trabalhadora imigrante, levou os pesquisadores a correr atrás do tempo. Afinal, de 1930 a 1979, apenas nos Esta-

dos Unidos, 55 % dos imigrantes documentados eram mulheres. Ou seja, já nesta época o número de mulheres ultrapassava o de homens em mais de 1 milhão (Georges, 1990). É certo que uma parcela considerável destas mulheres foi atraída em função da reunificação familiar. Entretanto, muitas outras foram estimuladas, e continuam sendo, pela preferência da mão-de-obra feminina em detrimento da mão-de-obra masculina, em vários segmentos do mercado de trabalho, como por exemplo, nas indústrias de vestimentas e eletrônicos e no setor de serviços (Sassen, 1986; Cornellos, 1982). Este dado por si só comprova o papel cada vez mais proeminente das mulheres no mercado de trabalho internacional contemporâneo.

O objetivo deste artigo é analisar a inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho na Área Metropolitana de Boston, Estados Unidos, com especial atenção às formas de acesso a este mercado (Margolis, 1992 e 1993; Sales, 1994; Soares, 1995). Convém salientar que o número de mulheres brasileiras que atualmente vivem na área é desconhecido², uma vez que a avassaladora maioria dos brasileiros encontra-se na situação de indocumentados³.

A maioria das brasileiras veio para esta região acompanhada dos maridos, namorados ou pais. Mas há um número cada vez mais significativo de mulheres que emigram sozinhas, sejam elas solteiras, viúvas ou divorciadas. As brasileiras que emi-

gram acompanhadas tendem a ter um papel de menor peso na decisão de migração. Elas influenciam, emitem suas opiniões e ajudam, mas na maioria dos casos, a "decisão final" cabe aos homens. A partir dos dados até agora coletados é possível levantar a hipótese de que o papel da mulher brasileira é mais marcante nas decisões de retorno (De Biaggi, 1993), uma vez que são elas, e não os homens, que mantêm fortalecidos os vínculos afetivos e familiares no Brasil, estimulando a volta de muitas famílias. De qualquer modo, as brasileiras fogem do papel atribuído pelos pesquisadores às mulheres latinas⁴, africanas e asiáticas, cujos comportamentos são descritos como **passivos** em relação às decisões de migração⁵. Migrar, para as mulheres brasileiras, não tem sido uma experiência vivida para "além do seu controle" como escreve Gina Buijs ao se referir às palestinas e vietnamitas.

É igualmente digno de nota, embora não seja este o tema deste artigo, o papel ativo que as mulheres brasileiras estão tendo na organização das comunidades brasileiras em Boston, seja nas diversas igrejas de língua portuguesa, seja como profissionais das redes de saúde e ensino bilíngue, dos meios de comunicação, ou ainda como líderes de organizações que representam os brasileiros em Boston. Brazilian Immigrant Center, Grupo de Mulheres Brasileiras e o Massachusetts Alliance Portuguese Speakers são exemplos destas organizações onde as brasilei-

ras assumem papel de destaque.

TRABALHOS E SALÁRIOS

A grande maioria das brasileiras⁶ que trabalha na Grande Boston, quando ainda vivia no Brasil exercia as seguintes profissões: bancárias (bancos privados); professoras primárias; secretárias de pequenas firmas; donas de casa e estudantes em escolas secundárias públicas ou em universidades privadas. A média salarial correspondente a tais profissões é de um a quatro salários mínimos, o que equivale a aproximadamente entre 100 e 400 dólares por mês. A partir dos dados colhidos em minha pesquisa, concluo que os brasileiros estejam ganhando nos Estados Unidos de 4 a 10 vezes mais do que ganhavam no Brasil. Isto significa que o diferencial de salários entre os dois países, ainda que não seja o único, é sem dúvida o grande atrativo.

Atualmente, nos Estados Unidos, os dois maiores grupos de ocupação no qual estão inseridos imigrantes de diversas nacionalidades são: operários e trabalhadores na área de serviços. Os imigrantes ocupam 40% dos empregos nestes setores, enquanto os nativos ocupam 30%. **A maior parte destes trabalhadores é do sexo feminino.** A média de vencimentos anuais individuais dos imigrantes é menor do que a média dos nativos: cerca de 66% dos imigrantes obtiveram vencimentos inferiores a 20 mil dólares no ano de 1989, comparados a 57% dos nativos. Mas a **renda familiar anual** é quase a mesma US\$ 37,2 mil para os imigrantes e para os nativos US\$ 37,3 mil, uma vez que as famílias de imigrantes são mais numerosas (Fix e Passel, 1995). Entretanto, entre os imigrantes não documentados a renda familiar média anual cai para US\$ 23,9 mil.

Os imigrantes brasileiros na Grande Boston estão alocados nos seguintes empregos, com as respectivas remunerações: **Construção Civil** (pintores ou pedreiros contratados por firmas) com remuneração de 7 a 15 dólares a hora; **Limpeza**: limpeza de chão de restaurantes, hotéis, supermercados e cinemas, com remuneração de 5 a 6 dólares a hora. Trabalhadores em lavanderias de asilos, hospitais e hotéis, com

remuneração de 5 a 6 dólares a hora. Faxineiras domésticas, com remuneração de 20 a 38 dólares a hora. **Indústria de Alimentação**: cozinheiro ou ajudante de cozinha em restaurantes e fast-foods, com remuneração de 6 a 8 dólares a hora. Bus-girl ou bus-boy (ajudante de garçom), com remuneração de 3 a 5 dólares a hora, pagos pelo restaurante, mais 10% a 15% das gorjetas do garçom. Garçom com remuneração de 2 a 3 dólares a hora, mais gorjeta. **Hostess** (o trabalhador que fica na frente da máquina registradora de lanchonetes tipo McDonald's), com remuneração de 6 dólares a hora; **Serviços de entrega**: entregador de pizza, com remuneração de 5 a 6 dólares a hora, mais gorjetas. Entregador de jornais, com remuneração de 10 dólares a hora (dependendo da rota e quantidade de jornal).

ACESSO

Quando se analisa o acesso dos imigrantes ao mercado de trabalho é importante considerar: grau de conhecimento da língua inglesa, documentação e qualificação profissional⁷. Com exceção da área de limpeza doméstica, há basicamente duas formas de acesso à informação de vagas disponíveis de emprego: os anúncios de jornais ou informações veiculadas a partir dos próprios locais de trabalho. Em geral os trabalhadores de uma determinada firma se encarregam de veicular as vagas de emprego disponíveis nas firmas onde trabalham, através das redes de amizade, familiares e religiosas.

Nos empregos acima mencionados o Social Security Number é o único documento requerido pelo empregador, com exceção da faxina doméstica. O empregador também exige a referência de um expatão ou de um de seus empregados. Nos empregos mais áduos e com maior rotatividade (lavador de pratos e limpeza em asilos, por exemplo) não é necessária a indicação.

O não domínio da língua inglesa dificulta o acesso ao mercado de trabalho e torna o próprio acesso um bem valioso e escasso. Se o imigrante não fala inglês, ele tem que contar com a ajuda de alguém. Nesse sentido há várias manifestações de solidariedade aos recém-chegados, por

parte daqueles brasileiros que já estão nos Estados Unidos há mais tempo. Entretanto, dependendo do emprego, o acesso é **cobrado**.

O acesso ao mercado de trabalho é diferenciado entre os que trabalham na faxina doméstica e os demais trabalhadores, pois para os primeiros o acesso se dá mediante a compra. Tal "mercado" funciona da seguinte maneira. Uma faxineira que trabalha em várias casas (geralmente limpam duas casas por dia, ou seja, 10 casas por semana) decide "vender" as casas nas quais trabalha, porque está voltando para o Brasil (este é, geralmente, o principal motivo pelo qual se dá a transição). Tal informação é divulgada através das redes de amizade, familiares, religiosas, vizinhança, etc. O preço estabelecido representa, em média, o equivalente a três meses de trabalho nas casas. Quando aparece uma compradora, a vendedora comunica à dona da casa que está deixando o emprego, mas que tem uma amiga brasileira que poderá substituí-la. Caso a empregadora concorde em conhecer a amiga, ela se compromete explicar-lhe o serviço. Assim, a dona da casa poderá avaliar se o trabalho realizado pela candidata é satisfatório. Esta "transição" é feita num período equivalente a um mês, em média, tempo suficiente para que a dona da casa e a candidata tenham os primeiros contatos e entendimentos. Caso a dona da casa aceite "contratar" a candidata, o que geralmente acontece, a casa é então "vendida" em **cash**. A partir deste momento, o negócio está feito e não há retorno, mesmo que a nova faxineira seja dispensada em poucos dias. Ainda que a venda ocorra sem que a dona da casa tenha qualquer conhecimento, tal "mercado" funciona de maneira bastante eficiente.

A barreira da língua é um dos fatores que levam os imigrantes brasileiros a vender e comprar posições de trabalho. São raros os brasileiros que têm domínio da língua inglesa, o que, como já mencionamos, dificulta o acesso ao mercado de trabalho. Mas o principal fator para tal mercantilização decorre do fato de que em Boston a faxina é encarada pelos brasileiros como um **business**, e a imigração é considerada uma **opção de investimento**⁸, uma vez que a grande maioria parte para a



Foto: Bonifácio Manuel

Grupo de Mulheres brasileiras em Boston

“América” com a intenção de retornar ao Brasil com o dinheiro que economizou e montar um negócio. A faxina é o ramo melhor remunerado a que os brasileiros têm acesso. Em contrapartida é o que tem menor oferta de trabalho.

A ESCALADA

Ao chegar nos Estados Unidos, os imigrantes brasileiros entram no primeiro emprego que encontram pela frente e, em poucos meses, acumulam outros trabalhos. Há uma espécie de escalada profissional que embora possa parecer irrisória para quem observa de fora, trata-se de um difícil caminho a percorrer. Tal trajetória de empregos significa uma ascensão, talvez a única possível para eles, dadas as condições em que vêm para cá: sem documentos, sem falar inglês e sem qualificação profissional.

As mulheres recém-chegadas do Brasil

geralmente vão trabalhar em limpeza de hotéis, asilos ou hospitais, ou ainda como ajudante de limpeza doméstica com as outras brasileiras que já possuem casas para trabalhar. Elas permanecem pouco tempo nesses empregos (cerca de alguns meses). Rapidamente conseguem outro melhor remunerado e menos “duro”. O próximo passo é trabalhar na cozinha de um restaurante, como entregadora de jornal ou pizza, ou ainda de balconista numa lanchonete tipo **Dunkin Donuts** ou **McDonald's**⁹, ou mesmo trabalhar como bus-girl¹⁰. Estes empregos funcionam como “trampolins” para o passo seguinte, que exige referência, capital para investimento e maior contato com a língua inglesa.

O passo seguinte é o de “comprar casas”. O ramo da limpeza doméstica é cada vez mais valorizado tanto pelas mulheres quanto pelos homens. Há muitos casais trabalhando juntos como faxineiros, pois ser faxineiro significa que a pessoa come-

çou a “fazer dinheiro na América”. O tempo necessário para preencher todos os horários disponíveis na semana varia de um a dois anos. Por isso muitos brasileiros chegam a trabalhar nos três períodos do dia, além dos fins de semana, para conseguir comprar um bom “lote de casas”.

BUSINESS

No Brasil, assim como nos Estados Unidos, conceber a faxina doméstica como um business soaria demais extravagante. Afinal, como um trabalho desqualificado, mal remunerado e com tarefas consideradas “pouco nobres”, pode ser visto como um negócio? Para os brasileiros em Boston, entretanto, a faxina doméstica é tida como um ótimo negócio. Não por acaso, “comprar casas” significa um investimento altamente vantajoso para o comprador. O depoimento a seguir ilustra as vantagens de se trabalhar no ramo da faxina, vanta-

gens estas também reconhecidas pelos demais:

"Dizem que a venda começou através do pessoal de Valadares: eles vendem emprego. As primeiras casas que eu consegui, eu comprei. Paguei o equivalente a dois meses de trabalho por cada casa. É este o preço, não tem outro jeito. Para você entrar nas primeiras casas e adquirir confiança tem que ser através de alguém. Eles te indicam como se você fosse amigo dele, mas não é. Se eu for embora eu vendo do mesmo jeito que eu comprei. Tem pessoas que vendem até informação de emprego. Eu paguei 1,6 mil dólares pelas casas, o que não era muito. Eu acho que foi um ótimo investimento. Hoje eu tenho 15 casas".

A idéia da faxina como um business decorre - além da maior remuneração, se comparada aos salários dos demais empregos disponíveis - da condição de se sentirem trabalhadores autônomos, **que não têm chefe nem patrão, mas sim clientes.** Ademais, o serviço pode ser feito subtratando-se um ou mais ajudantes:

"Atualmente eu tenho (precisou contar) de 35 a 40 clientes, porque trabalho com uma ajudante.

P: Você acha que este é um bom emprego?

R: *Uma professora aqui não ganha a terça parte do que nós ganhamos. Secretária aqui ganha muito mal e com todos os descontos. Cobro de 15 a 25 dólares a hora de trabalho. Um apartamento de dois quartos, eu cobro entre 45 a 55 dólares. Tenho casa de um a oito banheiros, mas média tem três banheiros e três quartos. Isso dá 60, 65 dólares. Eu fico 2 horas quando vou com ajudante... pago a ela 15 dólares por casa. Tenho duas ajudantes fixas e duas que vão quando as fixas não podem."*

Além da compra das casas há outros dois requisitos necessários para entrar no ramo da faxina: ter seu próprio carro (e portanto a carteira de habilitação¹¹), uma vez que para alcançar um bom nível de rendimentos é necessário que a pessoa trabalhe em pelo menos duas casas por dia, e fale um pouco de inglês, pois precisa se comunicar com a dona da casa, que é

americana.

Casais que trabalham juntos podem chegar a ganhar até 4 mil dólares por mês, limpando pelo menos duas casas por dia. Os rendimentos são, portanto, razoáveis, mesmo para os padrões americanos. Faxineira é a profissão mais rentável para a avassaladora maioria dos brasileiros, inclusive porque os clientes não descontam nenhum imposto no pagamento¹². Quem entra neste ramo raramente desiste dele, exceto quando volta para o Brasil¹³.

CONCLUSÃO

Por que os brasileiros valorizam a faxina doméstica em Boston, ainda que muitos deles tenham tido suas próprias faxineiras quando ainda moravam no Brasil? A valorização decorre, em primeiro lugar, do valor dos rendimentos. Entretanto, boa remuneração também dá dignidade, especialmente quando no país de origem do imigrante os salários estão num patamar tão baixo como no Brasil. Ademais, a maioria deles pretende voltar para o Brasil e quanto mais depressa juntar dinheiro, mais rapidamente poderá fazê-lo. O caráter temporário da permanência na América e a dissociação que daí decorre entre o status do trabalhador imigrante no país de destino e no país de origem é, portanto, parte importante da explicação, tal como enfatiza Michael Piore (1979) quando analisa os demais grupos imigrantes da América. Mas é preciso considerar ainda outros aspectos, tais como: a diferença do significado entre ser faxineira no Brasil e ser faxineira nos Estados Unidos. Os entrevistados dizem que no Brasil jamais se submeteriam a este tipo de trabalho. Isto porque, em Boston, além da boa remuneração e da idéia de "business", já referidas, a **natureza do trabalho**¹⁴ e as **relações entre patrão e empregado** levam os imigrantes brasileiros a valorizarem a faxina nos Estados Unidos:

"Sou doméstica. As pessoas desvalorizam as domésticas no Brasil. Não respeita. Aqui, não. Sou tratada como uma pessoa importante para a família. De confiança. Me entregam a casa com a chave, jóias, dinheiro exposto. No Brasil não confiam. No Brasil meu salário era tido como bom. Mas quan-

do chegava o aumento dos alugueis, eu tinha que pedir dinheiro para meu irmão para comprar comida até... Eu não me incomodo de trabalhar numa coisa inferior ao que eu fazia no Brasil. Não sei se é porque eu acho que não poderia estar fazendo coisa melhor ou se eu dou muito valor ao que eu faço. Vejo pessoas trabalhando em escritório, têm permissão de trabalho, falam bom inglês e ganham 200 dólares por semana. Eu trabalho para mim, não sou empregada de ninguém."

Assim como esta entrevistada, a maioria das faxineiras que entrevistei valorizam a relação patrão-empregado que estão vivenciando nos Estados Unidos como sendo respeitosa: uma relação de necessidade do patrão que atribui importância ao empregado. O empregador tem confiança no empregado, dispensa-lhe um bom tratamento e assegura-lhe uma remuneração digna. Outros entrevistados acentuam o caráter mais formal do tratamento a eles dispensado pelos empregadores americanos. Mesmo neste caso, tal formalidade, que implica num distanciamento, pode ser interpretada com profissionalismo, característica totalmente ausente nas relações entre faxineiras e patroas no Brasil, segundo os entrevistados.

Por todas as razões aqui apresentadas, ainda que os brasileiros estejam realizando trabalhos rejeitados pelos próprios americanos e ainda que não tenham visto de permanência legal nos Estados Unidos, a maioria de meus entrevistados sente mais dignidade como trabalhadores imigrantes não documentados nos Estados Unidos, do que como trabalhadores no Brasil, país no qual, embora sejam cidadãos, se sentem excluídos do exercício da cidadania:

"... Eu sou faxineira aqui, mas quando eu chego na casa da pessoa onde eu trabalho, eu sou uma pessoa importante da casa. Os meus patrões me tratam com muito respeito. Quando eu penso que vou para o Brasil, que o médico vai me tratar mal, se você fala que é faxineira eles fazem você esperar o dia todo... Isso é revoltante!"

* Ana Cristina B. Martes é Doutoranda em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP) e Visiting Scholar no Massachusetts Institute of Technology.

NOTAS

1 - Este artigo baseia-se nos dados levantados em minha pesquisa de doutoramento sobre os imigrantes brasileiros na área Metropolitana de Boston, realizada durante os anos de 1994, 1995 e 1996.

2 - No início do movimento migratório entre Brasil e Boston em meados da década de 80, o número de brasileiros do sexo masculino era bastante superior ao do sexo feminino. Atualmente, no entanto, a proporção entre os sexos não parece ser mais tão favorável aos homens.

3 - Segundo a Arquidiocese de Boston, há 150 mil brasileiros no Estado de Massachusetts, mas este número parece estar bastante superestimado.

4 - As mulheres da América Central têm maior autonomia no processo migratório que as mexicanas e dominicanas. Estas últimas tendem a emigrar para os Estados Unidos depois do homem (pai ou marido), com o objetivo de reunificação familiar (Grasmuck e Pessar, 1991).

5 - Alguns autores, tais como Massey, 1990, e Tilly, 1990, vêem os movimentos migratórios recentes como fruto de decisões comunitárias e familiares e não decisões individuais, tal como proposto pela teoria "push and pull". Entretanto, como se dão as decisões familiares? É necessário considerar a possibilidade de haver conflitos e diferenças de grau de poder de decisão entre os membros de uma mesma família.

6 - Este artigo está centrado na maioria das mulheres trabalhadoras. Há um número considerável de brasileiras que trabalham como profissionais nas áreas de comunicação, saúde e educação pública, etc., mas mulheres que possuem grau universitário e que, portanto, representam apenas uma pequena parte dos brasileiros que moram em Boston.

7 - Outros fatores são: meio de transporte para o trabalho e local de moradia. Geralmente o imigrante compra um carro assim que obtém as primeiras economias. Isso lhe permite ampliar as possibilidades de trabalho, pois reduz as barreiras de locomoção. Quanto ao domicílio, uma vez que possui carro, ele opta por morar onde já existem brasileiros, ou bairros com aluguéis mais acessíveis.

Foto: Bonifácio Manuel



8 - No meu entendimento, a migração dos brasileiros é caracterizada como uma opção de investimento, de baixo risco e de caráter temporário.

9 - É interessante observar que o vocabulário necessário para se comunicar com o cliente é muito limitado nestes serviços, uma vez que o cardápio é totalmente padronizado e pouco diversificado.

10 - Trabalhadores que limpam as mesas antes dos clientes se sentarem e recolhem os pratos quando os clientes terminaram as refeições.

11 - Observa-se que está sendo cada vez mais difícil a obtenção da carteira de motorista em Massachusetts, que é o documento mais requisitado nos Estados Unidos, uma espécie de cartão de identidade.

12 - O que, por outro lado é desvantajoso, uma vez que não há nenhum tipo de segurança ou benefício trabalhista.

13 - Encontrei apenas dois casos de mulheres brasileiras que, por terem se casado com americanos, abandonaram a limpeza doméstica a pedido de seus maridos, que não queriam ver suas esposas num tipo de emprego socialmente desvalorizado.

14 - Em Boston, uma faxineira tem tarefas bem estabelecidas: passar aspirador de pó (ou varrer), limpar banheiros e a cozinha (com produtos que permitem uma limpeza a seco) e tirar pó dos móveis. No Brasil uma faxineira faz o trabalho que a patroa especificar, e que pode incluir lavar e passar roupas, fazer comida, etc. O trabalho nos Estados Unidos é, portanto, considerado muito mais fácil.

BIBLIOGRAFIA

- ACOSTA-BELÉM, E. e Bose, Christine - orgs.
(1995) *Women In The Latina American Development Process*. Philadelphia, Temple University Press.
- BILAC, Elizabeth.
(1995) *Gênero, Família e Migrações Internacionais*. Campinas, NEPO.
- BUIJS, Gina.
(1993) *Migrant Women*. Oxford: Berg Publishers Limited.

Comércio de brasileiros em Allston - Grande Boston.

CORNELLIOS, Wayne.
(1982) "Interviewing Undocumented Immigrants: Methodological Reflections Based on Fieldwork in Mexico and the U.S". In: *International Migration Review* 16(2): 378-411.

De BIAGGY, Silvia.
(1993) "From Minas to Massachusetts: a Qualitative Study of Five Brazilian Families", apresentada na Boston University, Departamento de Psicologia.

GEORGES, Eugenia.
(1990) *The Making a Transnational Community: Migration, Development and Culture Change in the Dominican Republic*. New York, Columbia University Press.

GRASLUK S. e PESSAR, P.
(1991) *Between Two Islands*. Philadelphia, Temple University Press.

KRITZ, Mary, KEELY Charles, and TOMASI, Silvano.
(1981) *Global Trends in Migration*. New York: Philadelphia, Center for Migration Studies.

MARGOLIS, Maxine, (1992)
"Women in International Migration, the case of Brazilian, paper presented at the research conference" *Changing Perspectives on Women in Latin America and Caribbean*, New York, New York University.

MARGOLIS, Maxine
(1993) *Little Brazil*. Princeton, University Press.

MOROKVASICK, M.
(1983) "Women in Migration: Beyond the Reductionist Outlook" in: A. Phizacklea (ed.), *One Way Ticket: Migration and Female Labour*, London: Routledge & Kegan Paul.

PASSEL, J e FIX, M.
(1994) *Immigration and Immigrants*. Washington, The Urban Institute.

PIORE, Michael.
(1979) *Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies*. New York, Cambridge University Press.

REPACK, Terry.
(1995) *Waiting in Washington*. Philadelphia, Temple University Press.

SALES, Teresa.
(1994) *O Trabalhador Brasileiro no Contexto das novas Migrações Internacionais*. In: Seminário Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo, Campinas (mimeo).

SANJEJEK, R. e COLEN, S. (eds.).
(1990) *At Work in Homes: Household Workers in World Perspective*. Washington D.C. AES Monograph Series.

SASSEN, Saskia.
(1988) *The Mobility of Labor and Capital*. New York, Cambridge University Press.

SASSEN, S. e PESSAR, P.
(1995) "Recasting Women in the Global Economy: Internationalization and Changing Definitions of Gender". In: ACOSTA-BELÉM, E. e Bose, Christine (orgs.) (1995) *Women In The Latina American Development Process*, Philadelphia, Temple University Press.

SIMON, Rita e Brettel, Caroline (eds.)
(1986) *International Immigration: The female experience*, Totowa, NJ, Rowman & Allanhead.

SOARES, Weber.
(1995). "Emigrantes e Investidores: Redefinindo a Dinâmica Imobiliária na Economia Valadarense", Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TILLY, Charles.
(1990) *Reconsidered Transplanted Networks*. In: Yans MacLaghlin, Virginia. *Immigration*. Oxford, New Oxford University.

MUDANÇA, CRISE E REDEFINIÇÃO DE PAPÉIS: As mulheres brasileiras lá fora.

Sylvia Duarte Dantas DeBiaggi *

É sabido que o processo de imigração constitui-se numa difícil experiência de vida, com características únicas. O imigrante tem de lidar com múltiplas perdas decorrentes da mudança de país, em que deixa para trás familiares, amigos, trabalho e todo um contexto onde língua, normas sociais e locais eram bem conhecidos. Além disso, também tem de ajustar-se a um novo local onde o que antes era parte da rotina se torna um desafio diário¹.

Estudiosos definem a adaptação do imigrante ao novo país como um processo de aculturação em que ocorre uma mudança na cultura, principalmente do grupo minoritário, em função do contato contínuo entre dois grupos culturais distintos (Berry et al., 1987; Phinney, Chavira, & Williamson, 1992). Segundo Berry (1980), tal processo envolve três fases: contato, conflito e adaptação. Essa experiência será mais ou menos estressante para o imigrante dependendo de vários fatores, como por exemplo: similaridade ou não na língua, diferença de costumes e valores entre as duas culturas, além de aspectos psicológicos de cada indivíduo. Desta forma, o processo de aculturação tem sido visto como multivariável, ou seja, muitos fatores entram em jogo na adaptação ao novo local. Um destes fatores é a mudança na concepção dos papéis sociais de gênero.

Este artigo tem como objetivo analisar a experiência das mulheres brasileiras como imigrantes nos Estados Unidos, particularmente na cidade de Boston, com enfoque em seus papéis de gênero no âmbito da família.

Quem são as imigrantes brasileiras?

Muitos brasileiros têm imigrado para os Estados Unidos indo em grande parte para a área de Boston, no estado de Massachusetts. Estimativas da Arquidiocese de Boston calculam a presença de 150 mil brasileiros na área. Originalmente o imigrante brasileiro típico aos Estados Unidos era do sexo mas-

culino e desacompanhado. Tal padrão, porém, vem se modificando com um fluxo cada vez maior de mulheres e famílias brasileiras (Franklin 3/2/92). As brasileiras em grande parte imigram acompanhadas do marido e/ou filhos e/ou outros parentes.

O que são papéis de gênero?

Papéis sexuais ou papéis de gênero referem-se a construções sociais do que é ser uma mulher e o que é ser um homem. Cada sociedade com características culturais específicas apresenta uma gama de expectativas de comportamento para ambos os sexos. Tais expectativas são transmitidas à criança num processo de socialização através dos pais e da cultura em geral.

A identidade sexual, parte fundamental da identidade de cada indivíduo, inclui concepções aprendidas de como comportar-se, pensar, sentir enquanto homem ou mulher. Além disso, inclui ideais de masculinidade e feminidade e a relação entre ambos os sexos. O desenvolvimento da identidade sexual como afirma Block (1973) é determinado por uma complexa interação entre fatores biológicos e fatores históricos culturais. A concepção que cada indivíduo tem de papéis sexuais influenciará diretamente seu comportamento e autoconcepção.

As brasileiras e os papéis de gênero

Em meu estudo sobre famílias brasileiras em Boston², um dos principais temas a emergir entre as famílias entrevistadas foi o da relação de gênero entre cônjuges. Com a imigração, circunstâncias de vida levam a uma reestruturação da organização familiar. Esta mudança gera um questionamento das relações até então estabelecidas entre marido e mulher e surge com isto a situação de crise nas relações entre ambos.

No Brasil, mesmo quando a mulher trabalhava, seu salário representava uma ajuda

ao orçamento familiar. A mulher era responsável pelas tarefas domésticas e pelo cuidado das crianças. Mesmo em famílias de classe média em que havia a empregada doméstica, era implícito que tais tarefas pertenciam ao âmbito feminino. Ou seja, se na prática a esposa não limpava a casa, não lavava a roupa, não dava banho nas crianças, não preparava as refeições, tais incumbências eram atribuídas como suas na falta de uma substituta. Já o homem tinha o papel de provedor da família, a casa não constituía sua esfera de trabalho e preocupação. Portanto, a família brasileira emigra com um padrão de funcionamento interno em que homem e mulher se identificam a partir de uma estrutura tradicional de papéis.

Numa família, a responsabilidade dos adultos é muito maior do que a do indivíduo que emigra só. Este tem muito menos gastos e pode poupar em muitas coisas, como por exemplo, na moradia, ao dividir um apartamento com outras pessoas (Magolis, 1993). Contudo, ao chegarem ao novo país, despesas com moradia, alimentação e vestimentas, entre outras coisas, levam ambos a trabalharem. Assim, as mulheres passam a trabalhar fora de casa devido a necessidades de ordem financeira da família. Muitas vezes até ganham mais do que seus cônjuges, em virtude de uma maior demanda do trabalho feminino (Martes, 1996) - caracterizado como tal - em Boston.

Portanto, ambos trabalham fora de casa por várias horas e ao retornarem há sempre a responsabilidade do cuidado dos filhos e da casa. E é justamente na área da divisão de tarefas ligadas a casa e aos filhos em que surge o conflito dos papéis de gênero.

Então, o que acontece?

As mulheres, como apontam estudos realizados com outras populações latinas (Guendelman, 1987; Melville, 1978;

Queralt, 1984; Torres-Matruillo, 1976, 1980), através do trabalho ganham um maior grau de independência e poder e com isto sentem-se mais confiantes e com maior autonomia: Por estarem financeiramente numa situação diferente daquela em que se encontravam no Brasil e num ambiente cultural (costa leste dos Estados Unidos) propício à modernização³ do papel feminino, começam a questionar, de uma forma ou de outra, os padrões de relacionamento estabelecidos anteriormente. Diante desta nova perspectiva, cada família parece reagir de forma distinta. Há os casais que não só mantêm, como aumentam a rigidez de seus papéis de gênero a fim de evitar qualquer conflito que possa surgir nesta área. Assim, o homem continua sendo o provedor da família e a mulher responsável pelo âmbito doméstico. Padrão este entendido como sendo a norma de comportamento para as famílias em geral; não havia necessidade de explicá-lo. Contudo, com a imigração e mudança na estrutura familiar de muitas famílias, torna-se uma opção consciente de relacionamento. É preciso pois justificá-la e reforçá-la perante as outras alternativas agora existentes.

Outros casais experienciam uma crise no relacionamento quanto aos respectivos papéis. Apesar disso, mantêm o padrão anterior de funcionamento. A mulher, no caso, muito embora não concorde com a desigualdade da divisão de tarefas em casa, acaba por conformar-se com a situação. Este padrão distingue-se do anterior no sentido de que há um desacordo consciente entre marido e mulher quanto aos respectivos papéis.

Um terceiro padrão é o chamado (pelos próprios brasileiros) estilo americano de vida familiar. Este é caracterizado pela independência dos cônjuges quanto a questões financeiras e a divisão de tarefas em vários âmbitos, como no cuidado com os filhos e afazeres domésticos. Entre este padrão e o anterior, porém, há um período intermediário de crise. A estrutura tradicional é questionada pela mulher (não há indícios de que o seja pelo homem) e confrontada. A mulher tem maior controle financeiro (atribuição antes masculina) contudo, o homem não admite assumir atribuições ditas femininas. A saída pode

ser a separação do casal com uma possível reconciliação posterior e aí sim com a adoção do modo "americano" de vida, ou uma separação permanente. A seguir exemplificarei melhor os padrões mencionados.

Somos como antes

Para algumas famílias, a imigração e o contato com outras famílias brasileiras em que a mulher mudou seu papel anterior, apenas reforça seus papéis de gênero tradicionais. Com receio de que a alteração no padrão familiar leve a uma crise no casamento, a mulher alia-se à linha de pensamento de seu marido, justificando assim o padrão tradicional de funcionamento. Isto é ilustrado no caso de uma das entrevistadas que, por exemplo, mantém um emprego em que é mal remunerada a fim de não competir com seu marido. Ela submete-se a um pagamento injusto como ajudante de uma outra brasileira em house-cleaning, sem questionamento, justificando que não quer incorrer nos mesmos problemas matrimoniais que sua empregadora-amiga enfrenta. Assim, ganhar tão bem quanto ou melhor que o marido é associado a futuros problemas na relação conjugal. Mantendo a divisão tradicional de relação a mulher também protege o companheiro de uma possível crise em sua identidade sexual. Explica o marido de uma entrevistada:

*"Eu deveria ajudar, ela sabe disso... Mas eu não ajudo porque eu não gosto. Não é porque eu sou macho e um macho não faz essas coisas, não tem nada a ver... Para alguns amigos meus aqui é **escravidão**. O fato é que no Brasil as mulheres nunca exigiram essas coisas. As mulheres mudam aqui... Eu acho que no Brasil devido a situação financeira delas, lá elas eram mulheres".*

Para o homem, a quebra da estrutura familiar anterior representa uma ameaça a sua masculinidade (Torres-Matruillo, 1976 e 1980). Ele sente sua auto-estima, em grande parte culturalmente determinada, rebaixada.

Que jeito

A dupla jornada de trabalho causa grande stress nas mulheres. Cabe lembrar que a família que antes de migrar contava com a ajuda de uma empregada doméstica ou faxineira (prática comum no Brasil no caso da classe média), vê-se agora desprovida da mesma, além de não contar com a

ajuda de familiares no cuidado com as crianças e/ou outras incumbências de uma família. Assim, o casal depara-se com um contexto em que mais do que nunca um tem de contar com o outro.

Algumas mulheres expressam a seus companheiros a dificuldade encontrada por acumularem trabalho doméstico e trabalho fora de casa, mas sem respaldo por parte do companheiro acabam por omitir seu pedido de ajuda. Como bem diz uma entrevistada, a mulher anula-se a fim de manter a família unida:

"Nós ficamos quarenta horas fora de casa, quando eu chego em casa eu ainda tenho de cozinhar, organizar a casa, aí não! A mulher sempre faz mais... Aqui a gente se anula muito, você perde muito. Eu me anulei tremendamente. Eu não faço nada do que eu gostaria. Eu tenho três filhos e um marido, então você tem de aceitar muita coisa para a situação não ficar pior. Você deixa muita coisa de lado porque se você começa a exigir os seus direitos aí a coisa fica ruim. ... Deixa a gente cansada, é muito difícil de mudar... muito difícil mudar."

Vamos ser modernos

Por não estarem mais numa situação de dependência financeira e pressão socio-cultural algumas mulheres enfrentam seus maridos e colocam as cartas na mesa. Assim, enquanto outras queixam-se da situação desigual mas continuam porém a manter o status quo, como a entrevistada acima, outras já reagem de modo concreto:

"Ele disse que quando eu chego em casa eu fico exigindo coisas dele. Ah, eu exijo mesmo. Eu falo. Às vezes eu chego em casa e tá a maior bagunça, tem roupa jogada pela casa toda. Eu digo que eles (filhos e cônjuge) não estão colaborando... Ele reclama que eu exijo muito mas eu digo que eu faço isso porque sei que ele pode colaborar"⁴

Caso o marido não aceite mudar sua visão de que ambos devem partilhar os afazeres domésticos, a solução apresentada é a separação⁵, como comenta outra entrevistada:

"Acontece muito aqui na América, muitos brasileiros se separam. Aqui a mulher tem muito mais voz do que no Brasil: dinheiro. No Brasil ela tinha que ser boazinha e ficar quietinha. Aqui todo mundo diz que o marido tem de ajudar."

A reação masculina diante do problema vivido necessariamente influi na atitude tomada pela mulher. Como visto, caso não haja flexibilidade e mudança do padrão tradicional por parte de seus companheiros, algumas mulheres pedem a separação. Há uma incompatibilidade na linha de pensamento de cada um dos cônjuges no que tange ao comportamento masculino e feminino. A resistência por parte do homem devido a ameaça sentida à sua posição de poder na família, não mais é aceita. A mulher não se submete a tal padrão de comportamento uma vez que agora ela também se sente no poder de escolher uma alternativa para si.

Como ficamos?

Há indicação de que alguns casais, após um período de crise e mesmo separação, passam por um processo de transformação e reconciliam-se adotando uma nova concepção de relacionamento. Neste novo contexto a necessidade que um parceiro tem do outro advém não de funções estipuladas por sexo e complementares neste sentido, mas por uma necessidade emocional que um indivíduo tem do outro. Assim ilustra o comentário de uma brasileira:

'Minha amiga Sonia, que eu conheci aqui, separou-se porque seu marido era dose. Eles estavam juntos há três anos. Ela agora odeia trabalho de casa porque ele achava que ela tinha de fazer tudo na casa, ele queria as refeições na hora certa. Ela disse que não suporta isto. Hoje eles estão namorando de novo e agora ele é quem convida ela para jantar em casa''.

Portanto, afazeres domésticos, o cuidado e educação dos filhos, além de responsabilidades financeiras não são mais atribuídas a um ou outro porque se é do sexo masculino ou feminino. Ambos são indivíduos com responsabilidades e deveres perante a família.

Conclusão

O que ocorre no âmbito familiar é muito particular e íntimo. Contudo, como demonstram outros estudos com populações latinas, o processo de mudança pelo qual passa a família brasileira com a imigração não é um fenômeno isolado. Várias famílias brasileiras experienciam um processo de transformação decorrente da mu-

dança para os Estados Unidos. Assim, problemas que parecem individuais e matrimônios refletem geralmente experiências de choques econômicos e culturais. Melhor dizendo, o problema vivido pelo casal não é criado por uma ou outra pessoa ou por um problema daquele casal em particular. Há todo um contexto socioeconômico e cultural de mudança que leva cada pessoa dentro do âmbito familiar ou das relações pessoais a viver transformações em seus papéis sociais (no caso estou abordando os papéis de gênero).

Entretanto, pelo que tudo indica, há formas de agir e de reagir à mudança contextual, caracteristicamente masculinas e femininas. As mulheres estão vivendo uma maior alteração em sua forma de vida: muitas vezes entram pela primeira vez (pelo menos após o matrimônio) no mercado de trabalho. Tal mudança tem efeitos psicológicos marcantes. A mulher sente-se mais competente na esfera pública⁶, antes vista como o mundo lá fora, um mundo desconhecido e de domínio dos fortes. Sente-se mais independente enquanto pessoa e portanto não tem necessidade de adotar uma posição submissa ao homem em relação a assuntos extradomiciliares. Além disso, sente-se no direito de partilhar com o companheiro tarefas antes atribuídas a si enquanto mulher. Ambos podem aprender a lidar cada qual com esferas antes caracterizadas como intransponíveis. A reação masculina a essas mudanças, porém, parece estar sendo mais lenta e talvez sentida como mais dolorosa (Hochschild, 1989). De qualquer forma há indícios de uma transformação benéfica na família. Assim o indicam casos de famílias brasileiras que após um período de crise parecem renascer novamente com um novo status quo.

Não podemos negar a dor, a decepção e o árduo trabalho interno que cada indivíduo experiencia nesta transformação. Além disso, não podemos esquecer da importância que a história pessoal de cada um tem nesta mudança. Podemos, contudo, torcer para que os exemplos de uma mudança no sentido de uma relação mais igualitária, e aparentemente satisfatória, sejam cada vez mais numerosos.

* *Sylvia Duarte D. DeBiaggi é Psicóloga, Mestre e Doutoranda em Psicologia pela Boston University.*

NOTAS

- 1 - Os aspectos levantados no presente artigo, por terem sido baseados num estudo qualitativo de cinco famílias residentes em Boston, apresentam claras limitações no sentido de sua generalização. Espero contribuir mais nesta área com minha tese de doutorado também voltada para as famílias residentes em Boston.
- 2 - From Minas to Mass: A qualitative study of five Brazilian families in Boston.
- 3 - Utilizo este termo sem julgamento de valor.
- 4 - Encontrei esta entrevistada por acaso após quatro anos quando me contou que estava separada de seu companheiro e mais contente.
- 5 - Um alto índice de separação entre imigrantes cubanos é apontado por Queral, 1984.
- 6 - Público aqui é usado em oposição à esfera privada, domiciliar, da casa.

BIBLIOGRAFIA

- BERRY, J.
(1980) Acculturation as varieties of adaptation. In: A Padilla (Ed.) *Acculturation: Theory, models, and some findings*. Boulder: Westview Press, pp. 9-25.
- BERRY, J., KIM, U., MINDE, T. & MOK, D.
(1987) Comparative studies of acculturative stress. *International Migration Review*, 21 (3), 491-511.
- BLOCK, Jeanne H.
(1973) Conceptions of sex role. Some cross-cultural and longitudinal perspectives. *American Psychologist*.
- DANTAS DeBIAGGY, Duarte Sylvia.
(1992) *From Minas to Mass: A qualitative study of five Brazilian families in Boston*. Trabalho apresentado na Boston University.
- FRANKLIN, J.L.
(1992, February 3) Homeland troubles bring Brazilian influx to region. *The Boston Globe*, p. 1, 14.
- GUENDELMAN, S.
(1987) The incorporation of Mexican women in seasonal migration: A study of gender differences. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 9 (3), 245-264.
- HOCHSCHILD, Arlie
(1989) *The second shift*. New York: Avon Books
- MARGOLIS, Maxine
(1993) *Little Brazil*. Princeton University Press.
- MARTES, Ana Cristina Braga
(1996) *As mulheres brasileiras no mercado de trabalho em Boston*. (mimeo).
- MELVILLE, M.
(1978) Mexican women adapt to migration. *International Migration Review*, 12, (2), 225-235.
- PHINNEY, J. CHAVIRA, V. & WILLIAMSON, L.
(1992) Acculturation attitudes and self-esteem among high school and college students. *Youth and Society*, 23 (3), 299-312.
- QUERALT, M.
(1984) Understanding Cuban immigrants: A cultural perspective. *Social Work*, 29, 115-121.
- ROGLER, L., CORTES, D. & Malgady, R.
(1991) Acculturation and mental health status among Hispanics. *American Psychologist*, 46(6), 585-597.
- TORRES-MATRULLO, C.
(1976) Acculturation and Psychopathology among Puerto Rican women in mainland United States. *American Journal of Ortho psychiatry*, 46(4), 710-719.
- TORRES-MATRULLO, C.
(1980) Acculturation, sex-role values and mental health among mainland Puerto Rican. In A. Padilla (Ed.), *Acculturation: Theory, models, and some new findings*. Boulder: Westview Press, pp. 11-137.

A MULHER MIGRANTE EM HONDURAS

Janete A. Ferreira *

Foto cedida pela autora

Os países da América Central, durante décadas, foram vítimas de toda sorte de violências políticas e sociais. Foram o palco de guerras civis sangrentas e de massacres indiscriminados, onde a principal vítima foi a população mais pobre. Isso gerou uma onda de refugiados na região, que veio engrossar o caldo dos fluxos migratórios que buscam novas oportunidades nos países da América do Norte. No entanto, uma incipiente industrialização em alguns países, como Honduras, tem provocado uma crescente migração rural-urbana interna. Nas indústrias de Honduras, conhecidas como as *maquiladoras*, destaca-se a presença de operárias, mulheres migrantes de origem rural. Neste artigo, procura-se traçar um perfil das condições de vida dessa parcela da população trabalhadora hondurenha.

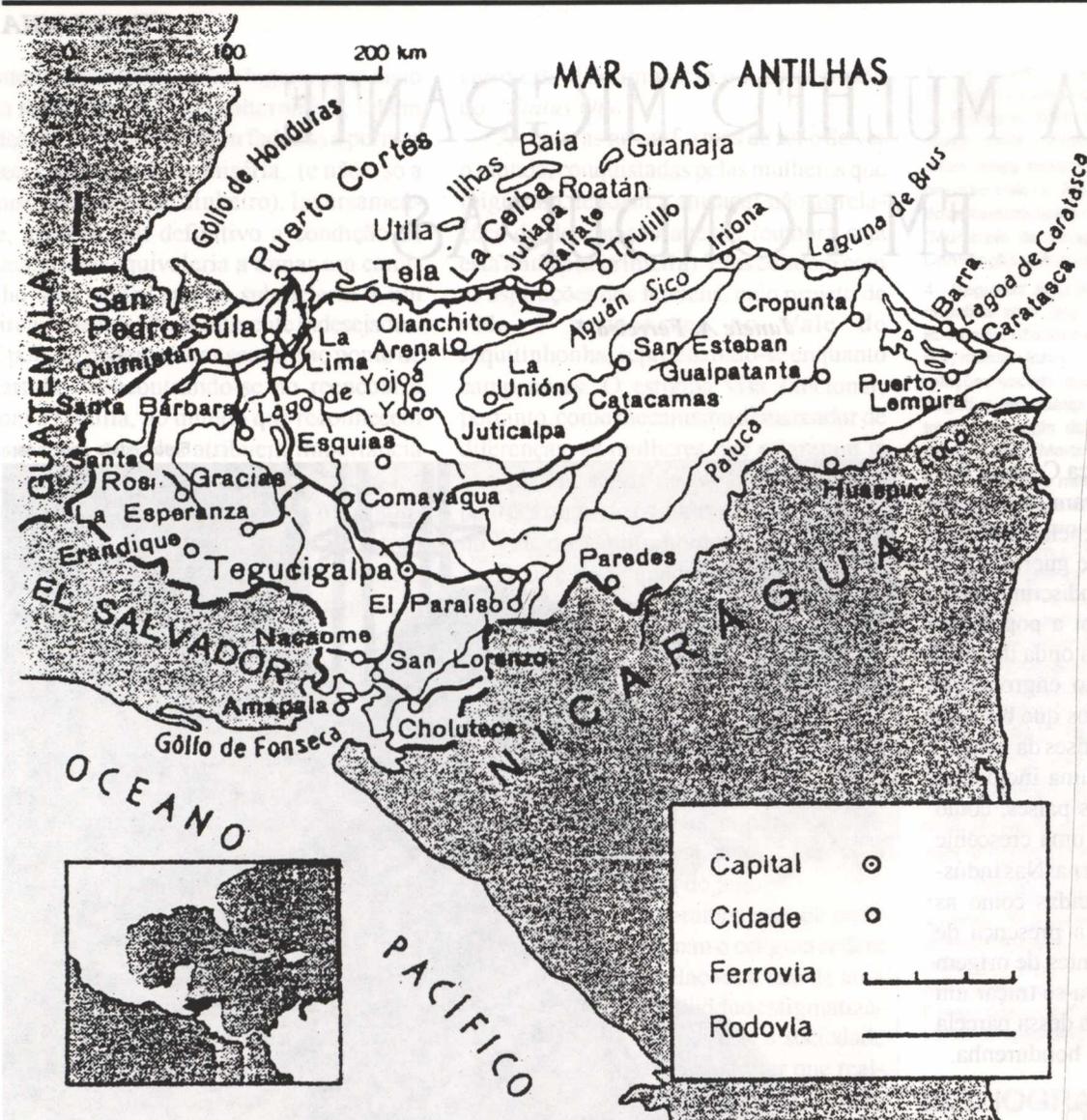
O retrato de um país centro- americano

Honduras localiza-se no coração da América Central, com uma extensão territorial de 116.160 km² e uma população de mais de 5 milhões de habitantes.

Ao Norte o país é banhado pelas águas do Mar Caribe ou Mar das Antilhas, ao Sul, no Golfo de Fonseca, pelo Oceano Pacífico e suas fronteiras secas limitam com as Repúblicas da Nicarágua, El Salvador e Guatemala.

Está dividido em 18 Departamentos (estados), nos quais se destacam como principais cidades Tegucigalpa (capital federal), San Pedro Sula (capital industrial), El Progreso, La Ceiba, Choluteca, Puerto Cortés, Santa Rosa de Copán, Comayagua, Tela e Juticalpa.





cas, ou então como empregadas domésticas.

Causas da migração feminina em Honduras

Honduras tem exportado contingentes significativos de mulheres para os países do norte, desde antes da década de 80, quando viajavam principalmente para os Estados Unidos para trabalhar como domésticas, trabalhadoras agrícolas e industriais, trabalhadoras noturnas e prostitutas. No entanto, com o incremento da crise econômica e da pobreza, muitas mulheres são obrigadas a deslocar-se dentro e fora do país a procura de trabalho. Aproximadamente 1/3 das mulheres jovens e adultas são chefes de família, enquanto outras devem auferir algum tipo de salário para ajudar o

Conforme dados estatísticos do ano de 1990, 42% da população hondurenha tinha menos de 15 anos de idade e mais ou menos 59% vivia na área rural, mas já se observava uma forte migração campo-cidade.

Um pouco mais de 1/3 da população é analfabeta e ao redor de 60% dos economicamente ativos tem menos de 3 anos de primário.

A maioria dos hondurenhos não tem acesso aos serviços básicos e a falta de infra-estrutura agrava as condições de saúde, especialmente nas zonas rurais. Cerca de 61% das casas não possuem água potável e 62% carece de sistema sanitário.

Atualmente, 80% dos lares não dispõem dos recursos para comprar a cesta básica e nas grandes cidades como Tegucigalpa e San Pedro Sula, 75% dos habi-

tantes vivem em zonas marginais (favelas) com um baixíssimo poder aquisitivo. De cada 5 hondurenhos, 4 vivem em situação de indigência e extrema pobreza¹.

Uma recente e ainda precária industrialização do país modificou a distribuição espacial da população hondurenha. A metade da população se encontra no chamado "corredor central", localizado entre os departamentos de Francisco Morazán (Tegucigalpa), Comayagua e Cortés (San Pedro Sula), que são considerados os mais desenvolvidos e portanto de maior atração. Devido ao movimento de urbanização e instalação de indústrias chamadas *maquiladoras*, o processo migratório vem se impondo significativamente. As mulheres são as que mais emigram no interior do País para os departamentos acima mencionados, trabalhando sobretudo nas fábricas,

seu companheiro, o que é fundamental para a sobrevivência da família.

São dois os fatores que obrigam as mulheres hondurenhas a emigrar: a **violência estrutural** e a **violência doméstica**. Estes fatores, porém, são dependentes entre si e influem de maneira diferente no comportamento da população feminina.

A **violência doméstica** está influenciando na decisão de emigrar porque muitas mulheres foram e são abusadas quando meninas e adolescentes, e por isso deixam suas casas para procurar outro ambiente. Na maioria dos casos, quando não conseguem algum lugar com familiares ou amigos, terminam prostituindo-se. Desprezadas pela família, comunidade e até pelo sistema judicial que considera que é a mulher quem provoca o abuso por parte do homem, estas mulheres entram em um mun-

do do qual é muito difícil sair.

O direito à integridade física, sexual, emocional e moral é constantemente violado na vida destas mulheres, pois estas sofrem tanto em âmbito público como privado. Estão expostas a privações e tratos desumanos e degradantes por parte dos familiares e de futuros companheiros que se aproveitam de sua situação de fraqueza física.

A sociedade hondurenha valoriza mais a educação e a capacidade do homem para o trabalho, pois a mulher é vista como mãe e esposa que tem que se encarregar da família. A contradição surge quando ela tem que assumir a responsabilidade de manter sua família sozinha.

A **violência estrutural** é outro fator que influi na decisão de migrar. A informação estatística disponível demonstra que as mulheres em Honduras apresentam uma situação caracterizada por condições de vida (nível de pobreza, educação, saúde, condições de trabalho, etc.) acentuadamente deficientes. De fato, as condições que enfrentam estão entre as piores da América Latina. A população masculina tem sofrido também uma deterioração na situação atual, mas no caso particular das mulheres ela assume conotações específicas e gera problemas diferentes.

Existe uma discriminação institucionalizada contra a mulher. A dignidade da pessoa como valor central de direitos humanos é constantemente violada. As mulheres hondurenhas são cidadãs de segunda categoria que não têm direito à educação, a decidir livremente sobre seus projetos de vida, a trabalhar para gerar um nível de renda considerado digno, à capacitação laboral, à organização, à liberdade religiosa e política, a escolher livremente seu companheiro e sua maternidade, entre muitas outras restrições. A condição de pessoa lhe é negada desde o momento em que se considera subordinada ao homem para todas suas decisões e é excluída da política nacional como agente de transformação.

A feminização da pobreza em Honduras está fazendo com que muitas mulheres tenham que emigrar para trabalhar em outros países. As que emigram para fora do país enfrentam violações em seus direitos humanos, sendo um dos mais afetados o

direito à segurança, visto que elas se expõem frequentemente ao assédio sexual. Ele se manifesta nos casos de abusos e violações sexuais por parte dos que lhes facilitam a migração: os oficiais e outros funcionários com os quais são obrigadas a tratar para atravessar as fronteiras, e até mesmo por parte de seus companheiros. Já se identificou casos de mulheres migrantes que são forçadas a prostituir-se com seus próprios companheiros sob a ameaça de serem denunciadas à polícia.

Em Honduras o modelo econômico vigente requer, cada vez mais, a incorporação da força de trabalho feminina. Sendo assim, a indústria de exportação chamada *maquiladora* recruta, de forma massiva, principalmente jovens e solteiras. Este processo está gerando mudanças sociais significativas, pois a proletarianização de mulheres rurais jovens motiva a migração campo-cidade, altera a economia rural e redefine as funções dos integrantes da família camponesa. Esta porção da força de trabalho feminina vive numa instabilidade permanente, pois estas operárias estão sujeitas a serem despedidas a qualquer momento, e assim ficar desempregadas ainda jovens, quando a empresa considera que sua vida útil como trabalhadora termina (por redução de produtividade, gravidez, casamento, etc.). Muitas destas mulheres não podem regressar à sua comunidade, ou porque lá não existem fontes de trabalho, ou porque também acabam gerando conflitos familiares (mudança na forma de vida, por ter filhos, etc.).

O trabalho das mulheres na indústria *maquiladora*

Usamos o termo *maquiladora* para referir-nos a uma série de fábricas, nas quais, partindo de produtos semi-acabados vindos do exterior, se elaboram bens no território e com mão-de-obra nacional, para depois exportar estes produtos terminados.

Estas empresas operam em países que se caracterizam por baixos salários, alto nível de desemprego, escasso controle na degradação dos seus recursos naturais e ambientais e contaminação ambiental, e o mais importante, governos que estão à

disposição para apoiar este tipo de investimento, através da eliminação de tarifas e outros obstáculos que impedem o uso de mão-de-obra barata.

Em Honduras, a expansão da indústria *maquiladora* é um fenômeno recente. Seu início foi em 1978, ao criar-se as Zonas Livres em Puerto Cortés e depois as Zonas Industriais de Processamento (ZIP) em 1987. Estas encontraram condições favoráveis para operar no país, frente ao crescente problema do desemprego e subemprego, agudizado com a aplicação de medidas de ajuste estrutural da economia.

É muito pouco o que se conhece sobre o impacto que a modalidade industrial *maquiladora* tem sobre as mulheres operárias, apesar de se saber que são empresas com alto grau de emprego feminino. Dos 8.294 empregos gerados pela indústria *maquiladora* (atualmente mais ou menos 47 mil), 75% são desempenhados por mulheres com idade entre 15 e 25 anos e com uma escolaridade máxima de seis anos². Este desconhecimento acima mencionado decorre da falta de interesse por esta realidade social, e também porque os empresários não oferecem e não deixam filtrar informações sobre seu funcionamento. Por outro lado, os estudos mais recentes sobre a indústria *maquiladora* centram-se em critérios econômicos.

Uma investigação realizada pelo Centro de Estudos da Mulher (CEM-H), na ZIP Choloma³ constatou que as mulheres que trabalham aí são jovens com uma idade média de 22 anos, sendo que o grupo mais representativo é o entre 15 a 20 anos. A maioria são solteiras. Esta pesquisa indica-nos também que 63,4% das entrevistadas são procedentes das áreas rurais dos diversos departamentos do país e que suas famílias continuam morando no lugar de origem.

No último censo de 1988, as mulheres eram a maioria dos migrantes urbanos em todas as cidades mais importantes de Honduras, onde a força de trabalho feminina encontrava maiores oportunidades de emprego no setor de serviços e comércio. A demanda de mão-de-obra que gerou a instalação das *maquiladoras* no setor norte do país, gerou um novo fluxo migratório para esta região em busca de emprego no setor

industrial.

As trabalhadoras migrantes, geralmente, chegam motivadas por uma amiga ou parente que já trabalha na *maquiladora*. Costumam chegar em grupos, várias de um mesmo povoado, pois se apoiam solidariamente para solucionar os problemas de moradia e da vida cotidiana.

A jornada de trabalho mais frequente é de 10 horas, com um horário de 7 às 17 horas, e o salário mensal de mais ou menos setenta dólares, incluindo horas extras.

O ambiente de trabalho é muito controlado e as operárias indicaram que existem restrições para falar com as companheiras, para levantar-se do lugar de onde trabalham e para ir ao banheiro. Também a metade das entrevistadas disseram que são perseguidas pelas supervisoras e algumas recebem assédio sexual por parte dos chefes e vigilantes.

Segundo esta investigação, as mulheres trabalham em um ambiente muito isolado em relação ao mundo exterior, em espaços fechados, sem janelas, com luz artificial e ar condicionado, amontoadas e, em alguns casos, com as portas das fábricas fechadas à chave durante a jornada, deixando as operárias em condição de

prisioneiras. A tudo isso soma-se um tipo de trabalho repetitivo e de rotina, muita pressão para alcançar as metas pré-estabelecidas na produção e longas jornadas, o que gera muito cansaço e tensão nas mulheres, obrigadas geralmente a fazer horas extras.

Considerações finais

A instalação e expansão da indústria *maquiladora* em Honduras é vista, por parte dos governantes, como a solução para os problemas de desemprego e pobreza no país. A tendência oficial é seguir promovendo a expansão deste setor industrial. Isto porque Honduras tem todas as condições para atrair os investidores estrangeiros, haja vista que existe ampla disponibilidade de mão-de-obra barata. Dessa maneira, as indústrias operam sob o amparo de uma legislação especial, sem controle sobre as condições de trabalho e contaminação ambiental.

A grande maioria dos trabalhadores nas *maquiladoras* são mulheres, jovens, solteiras, com nível de escolaridade primária, procedentes da área rural e que estão contribuindo para a sobrevivência de

suas famílias nos lugares de origem. Algumas indústrias, principalmente coreanas, já foram denunciadas ante o Senado dos Estados Unidos pelos maus tratos com as operárias.

Ainda que as *maquiladoras* sejam fonte de trabalho para milhares de hondurenhos, isso não autoriza aos investidores a tratarem essas trabalhadoras como escravas, violando seus direitos mais elementares, as leis trabalhistas e até a Constituição da República. Nesse sentido é que organizações de defesa dos direitos humanos e sociais vêm se mobilizando para frear e punir os responsáveis, sejam eles estrangeiros ou nacionais.

**Janete A. Ferreira é missionária Scalabriniana, Mestre em Ciências Sociais/PUC-SP, exercendo atualmente a função de Secretária Executiva da Pastoral da Mobilidade Humana de Honduras.*

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- 1 - UDIP- (1993) *Documento insumo para el Foro con los Señores candidatos a la Presidencia de la Republica.*
- 2 - Fundación Friedrich Ebert. (1992) *Sondeo sobre las Condiciones de Trabajo y Contratación de las Mujeres que laboran en las Maquilas.*
- 3 - CEM-H. (1994) *Condiciones laborales y de genero de las obreras de las maquilas en Choloma.* Tegucigalpa, Honduras.

Foto cedida pela autora



A ESTRADA, A RUA E A ZONA

Nancy Cardoso Pereira *

Éra uma Páscoa como outra qualquer: as "páscoas" todas se parecem quando são vistas a partir dos olhos das mulheres da Luz.¹ Não há passagem (*pessach*, do hebraico). Os caminhos estão todos fechados e levam sempre aos mesmos lugares: portas de bares e cortiços, o muro da Estação, as grades que cercam o jardim em frente...os quartos malcheirosos e apertados. O dinheiro pouco. O corpo do avesso. Vez ou outra, um cliente. Um operário. Aposentado. Um policial. Um marginal. Um é o outro. Não passa nada enquanto todos passam correndo pros trens que engolem homens e mulheres suburbanamente atrasados. Tudo passa...só as mulheres da Luz ficam ali, estáticas, monumentos vivos da cidade absurda.

É Páscoa e as mulheres vão chegando aos poucos, em grupos, na Casa de Convivência do Serviço à Mulher Marginalizada. Enquanto o almoço vai sendo organizado, as mulheres sentadas nas muitas cadeiras do pouco espaço, conversam num silêncio abafado, cortado algumas vezes por uma gargalhada sonora ou um palavrão divertido. A demora e a fome deixam as mulheres impacientes. Parece que faz calor.

É Páscoa e alguém da equipe de agentes da Casa começa a cantar e conversar com as mulheres sobre a vida e as situações difíceis: os medos e as mortes; as alegrias e surpresas. Fala-se da frustração que tomou conta dos amigos e amigas de Jesus quando foi preso e morto sem que ninguém pudesse resistir ou ajudar. As mulheres falam de seus mortos. São muitos.

Surge um nome de mulher: Maria Madalena. Quem era? O que se sabe dela? Como deve ter se sentido? Aos poucos, as mulheres vão dizendo o que ouviram ou aprenderam nas catequeses e na vida: era prostituta; Jesus a tratou bem; não foi discriminada; andava com Jesus...

Alguém pergunta: de onde ela era? As mulheres dizem que não sabem. O nome já diz: Maria de Madalena. Era o nome de uma cidade, uma região. Maria de Madalena.

As mulheres logo entendem. Claro! Com elas é assim também: recebem o nome do lugar de onde vieram. Uma é a Gaúcha; a outra é a Mineira...mas tem também a Mineirinha; duas são Baianas. Os nomes bem parecidos escondem outros nomes, os verdadeiros que ninguém ou quase ninguém conhece.

Na rua, na prostituição, preferem ser chamadas assim...com o nome da origem, ou possível origem. É um modo de se proteger, se guardar. Pouca gente conhece o nome de verdade.

Continuamos a conversa sobre as origens, sobre como e quando chegaram à Estação da Luz: a grande maioria de mulheres negras é migrante ou filhas de migrante. Por que não contam seus nomes umas às outras? Entre uma explicação e outra fica a afirmativa de que elas são todas iguais...como fazer a diferença? Melhor assim: Baiana, Gaúcha, Carioca. O apelido pode vir também de um defeito físico (Muda, por exemplo), pelas características étnicas (Maria Pretinha).

Nesse sentido os nomes de guerra, os apelidos acabam reforçando as diferenças, assinalando particularidades...entre outras, o lugar de origem, de onde elas vieram. O nome de verdade fica assim reservado para as amigas, os documentos e um namorado.

Aquela Páscoa ficou marcada por essa conversa sobre nomes, lugares e significados. A vida toda daquelas mulheres era uma grande migração. Passaram a vida toda passando de um lugar pro outro até virem se encostar no muro da Estação da Luz. Depois...fica difícil, quase impossível sair dali.

QUEM SÃO ESTAS MULHERES?

Uma simples observação das mulheres que procuram a Casa de Convivência do Serviço à Mulher Marginalizada confirma uma triplíce evidência: são negras, são pobres, são migrantes. E são mulheres.

As mais velhas, são migrantes: vieram sozinhas ou com a família há alguns anos para São Paulo e foram se organizando nas periferias da cidade, vivendo de subemprego, em condições precárias de moradia, quase nenhum acesso ao sistema escolar e de saúde.

"Trabalhava como louca na roça mas ninguém me dava valor. Bebi demais e entreguei o meu corpo pra ele...meus pais

descobriram e me tocaram de casa...Logo vim para essa cidade, dormia nos bancos de jardim, dormia nos trevos, passava fome..." p.38

A situação de miséria acaba inviabilizando a vida familiar, gerando movimentos desagregadores quase sempre tendo como resultante o abandono de mulheres/mães sozinhas com filhos e filhas ou a ida de meninos e meninas para as ruas em busca de pequenos trabalhos e um grupo de referência.

"A situação financeira foi se tornando cada vez mais difícil e eu fui trabalhar em São Paulo com minha mãe." p.55

"Meu pai deixou minha mãe com 9 filhos. Ela também fez a vida, mas largou..." p.38

A menina que sai de casa tem uma outra relação com a rua, com o espaço público que de modo particular favorece a sobrevivência de meninos e homens. Para a menina, para a jovem a rua é quase sempre meio caminho andado para a prostituição.

As meninas e adolescentes que estão nas ruas e na prostituição são filhas da migração e da pobreza. Mesmo tendo nascido em São Paulo, continuam a viagem interminável de suas famílias, percorrendo a distância que vai da periferia para o centro da cidade. O impacto é quase o mesmo: deixar o sertão e vir para a cidade - deixar a favela, o bairro popular e vir morar nas ruas do centro: não têm identidade, nem direito, nem cidadania. Sem documentos, sem escolaridade, sem saúde vão descobrir que por serem mulheres não podem sobreviver a não ser que se submetam à lógica que mercantiliza seus corpos e sexualidade.

POR QUE ELAS VIERAM PRA ZONA?

"Tive que ir embora daquela cidade" p.21

Mas não é suficiente explicar a prostituição a partir do aspecto econômico, isto é, reduzir o fenômeno ao empobrecimento

e deslocamento de significativos segmentos da sociedade brasileira. Homens e mulheres vivem o drama da miséria e migração...mas são as mulheres que vão, de modo mais evidente, procurar sua sobrevivência na prostituição. Aos homens, adolescentes e meninos a cidade e a rua oferecem outras alternativas - também marginais.

Neste sentido a pobreza e migração não têm efeitos iguais sobre homens e mulheres, meninas e meninos. A migração, a miséria e a rua aprofundam os papéis sexuais dados: para os meninos, uma alternativa é o mundo dos pequenos roubos, da violência, das armas e das drogas; para as meninas, a exploração e subordinação de sua sexualidade levam muitas vezes à prostituição.

Mas o processo já se inicia quando da ruptura com o grupo familiar. Grande parte das mulheres na prostituição têm histórias de violência e abuso sexual para contar. O desarranjo e fragmentação do grupo familiar gera conflitos e crises, aprofundados pelo desemprego, alcoolismo, distúrbios emocionais e desespero. A violência física, psíquica e sexual de meninos e meninas são causas frequentes da fuga.

Nos relatos de meninas e mulheres a lembrança de seus corpos violentados e abusados não começa quando chegam na zona de prostituição...elas chegam para a prostituição porque já tiveram seus corpos carimbados como mercadoria, objeto de prazer sexual de homens e adultos.

Estudos apontam os homens adultos como os principais responsáveis pela violência e abuso sexual de meninas, em maior número, e meninos (Santos, 1987:80). Pode ser o pai, o padrasto, um tio, um irmão mais velho, um vizinho...quase sempre o agressor tem algum vínculo familiar com a criança violentada.

"Um dia meu padrasto quis fazer mal pra mim. Eu gritei. Minha mãe chegou mas não acreditou em mim. Começou a me maltratar...Meu padrasto me chamava de biscate, de puta. Dizia que eu não era mais virgem e me maltratava até convencer minha mãe a me expulsar de casa." p. 21

Os relatos também apontam para a

negligência ou indiferença das mães/ mulheres adultas no sentido de proteger a criança da agressão; pressionadas economicamente e emocionalmente muitas não enfrentam os maridos/homens, preferindo acusar a menina inviabilizando a vida do grupo.

A prostituição então começa em casa. A violência primeira contra o corpo dessas mulheres já está presente antes mesmo do momento de abandonar o grupo familiar. Esta valoração negativa, esta marca do abuso sexual acompanha as meninas/mulheres em suas andanças. Já sentem seus corpos marcados pelo abuso sexual, já interiorizaram uma sexualidade violentada, marginal. Quando se vêem sozinhas e no espaço da rua, reforçam esta valoração dispondo seus corpos no mercado do sexo barato.

As mulheres não são enganadas ou obrigadas formalmente a assumirem a prostituição. Acabam explicitando o que aprenderam em seu lugar de origem, em seu grupo familiar. Assim, elas vão pra rua, saem de casa, migram porque *já são prostitutas*. Chegam na prostituição convencidas interiormente e socialmente de que seus corpos são mercadoria. Este processo se traduz em baixa-estima e num fatalismo que torna quase inviável conceber alternativas fora do mundo da prostituição.

"Tentei fugir dali. Fiz de tudo. Fui para outra cidade. Não deu certo: fiquei sem dinheiro. Voltei." p. 42

QUEM PROSTITUI QUEM?

A prostituição é um processo que não diz respeito somente às mulheres que vendem seus corpos. É preciso entender todo o dinamismo social e identificar os diversos agentes que fazem a prostituição funcionar respondendo à demandas bem concretas de segmentos significativos da população.

Se existem mulheres na prostituição é porque há homens que procuram por este tipo de prestação de serviço sexual. Quan-

do as mulheres da Luz descrevem seus clientes fica claro que são homens que também fazem parte do mundo de miséria, subemprego, fragmentação familiar e migração. A Estação da Luz faz a intermediação da população de periferia com o centro de São Paulo. São os milhares de trabalhadores, desempregados, aposentados, marginais que circulam pela Estação diariamente que procuram os serviços destas mulheres.

De alguma maneira este sexo comprado, barato, rápido, sem precauções de saúde, responde às fantasias, desejos e possibilidades destes homens, eles também prostituídos. Chefes de família, miseráveis econômica e sexualmente; migrantes sem família na cidade; aposentados esmagados pela pensão de fome e abandono; marginais e desocupados... eles também têm seus corpos marcados por um aprendizado do que significa ser homem e viver uma sexualidade de macho. Na relação com as mulheres prostitutas exercitam sua virilidade e afirmam seu pequeno poder com doses de violência.

"Um freguês falou que ia me levar na casa de minha mãe, me arrastou até fora da cidade e me jogou no mato. Os fregueses me batiam. Cheguei até a levar tiro." p.22

"Apareceu um homem rico que me mandou tirar a roupa e ficar em cima da mesa, me ameaçando com um revólver." p.23

"Frequentei as repúblicas de estudante. Eles aproveitaram muito de mim..." p. 33

"Os piores são os homens casados, desses homens religiosos...batem se a gente não aceitar as exigências selvagens deles." p.33

Uma figura masculina importante no mundo da prostituição é o policial. As mulheres vivem numa constante relação de medo e subserviência com os *homens da lei*. Se por um lado a polícia reprime a presença das mulheres de forma violenta tratando-as como criminosas, por outro lado são fregueses frequentes que tiram vantagem da situação de limite das prostitutas e dos bordéis.

"A polícia representa tudo de mau, de ruim, no nosso ramo da prostituição. Os policiais frequentam direto a zona." p.26

Não há como desconsiderar a participação de outras mulheres na exploração e violência contra prostitutas. São as chamadas cafetinas, madames, dona da casa. São elas que alugam os pequenos quartos, que são donas dos bares e que recrutam meninas e mulheres. São mulheres poderosas; muitas delas já foram prostitutas e conseguiram se estabelecer como cafetinas. As formas de exploração, que passam pelo aluguel, a comida, a bebida, os remédios, as roupas...acabam fazendo das mulheres prostitutas escravas, totalmente dependentes e eternas devedoras dos esquemas dos hotéis, bares e bordéis.

"Se a gente não fizer o que a cafetina manda, a gente vai embora. Ela é que manda. Se a gente tá doente e quer deitar, tem que pagar multa. A cafetina é quem explora mais que o cliente." p.26

A prostituição é uma rede intrincada de poderes, de homens e mulheres sem poder que exploram homens e mulheres sem poder. Existem mecanismos de solidariedade e ajuda entre as mulheres prostitutas mas, a luta pela sobrevivência em meio à fome, drogas e violência torna as relações ambíguas e frágeis dificultando qualquer possibilidade de organização e reivindicação de direitos e dignidade.

GÊNERO E PROSTITUIÇÃO

A migração é um fenômeno social genericamente constituído, isto é, homens e mulheres vivem de modo diferenciado a experiência de migrante. Elisabete Dória Bilac (1995) chama a atenção para a necessidade de se entender a migração articulando gênero, classe e etnia. De modo especial, numa aproximação da experiência das mulheres na baixa prostituição em São Paulo, tal articulação se faz necessária tanto no esforço de descrever e entender o grupo social, como também na busca de organização de políticas e pastorais junto às mulheres.

A prostituição não é um problema das mulheres pobres ou de caráter fraco, é um

fenômeno social que articula diversas formas de subordinação. Neste sentido, se faz urgente e necessário usar os instrumentais teóricos que explicitem as relações sociais de gênero que constituem e movimentam o mundo da prostituição.

A primeira distinção importante a ser feita é entre sexo e gênero deslocando a reflexão do âmbito exclusivo da sexualidade e instaurando uma reflexão cultural. Sexo diz respeito ao biológico, ao fisiológico, isto é, as diferenças anatômicas entre homens e mulheres. Mas não há nada no âmbito biológico que determine ou justifique a subordinação das mulheres pelos homens. Os corpos biologicamente definidos vão ser valorados e organizados de modo distinto dentro de uma estrutura social.

Gênero funciona tanto na organização do real, nas práticas sociais e seus produtos, como também em nível de representação simbólica da realidade e suas relações. As relações sociais estabelecem tarefas, papéis distintos a homens e mulheres. Esta distinção é sustentada pela representação simbólica que naturaliza e trata de tornar consensual os lugares sociais e as valorações destinadas a homens e mulheres. Gênero é assim "tanto um constructo sociocultural quanto um aparelho semiótico, um sistema de representação que atribui significado(...) a indivíduos dentro da sociedade." (Lauretis, 1987).

Neste sentido, o modo como homens e mulheres se relacionam, o modo como vivem as relações familiares, o trabalho que desempenham, a sexualidade que assumem, não se baseia numa determinação natural e necessária, mas são resultantes das relações sociais que organizam a vida econômica e política de uma sociedade.

Por que são as mulheres pobres, negras e migrantes que vão buscar sua sobrevivência na baixa prostituição? Por que os homens pobres, negros e migrantes não fazem o mesmo caminho? De certa maneira as mulheres se sentem atadas ao papel sexual subordinado dado pelas relações sociais de gênero que vivem na família, na rua e na sociedade. Aprenderam na relação com o pai, o irmão, o namorado, o patrão e também com outras mulheres que seus corpos são mercadoria, que podem ser

vendidos de modo a responder às demandas sexuais de homens que aprenderam que são superiores e que podem comprar e dispor da sexualidade das mulheres.

Um homem pobre, negro e migrante que se encontrar numa situação de desespero não vai procurar na prostituição uma forma de sobrevivência. Seu corpo de homem não tem esta valoração. Mesmo sendo pobre não vai entender seu corpo como um produto que tem valor no comércio do sexo barato. A prostituição masculina é quase sempre caracterizada no trabalho de travestis, gays, homossexuais mantendo-se a lógica de responder à demanda sexual de outros homens. Na prostituição masculina é quase sempre o homem que assume a valoração do corpo de mulher e vende seu trabalho sexual para outro homem.

Na trama das relações a opressão acaba se dando de migrante sobre migrante, de pobre para pobre, uma vez que são os homens da mesma condição social, da mesma etnia, empurrados pelo mesmo processo de migração e pobreza que vão ser, muitas vezes, os clientes na zona de prostituição. Os laços apertados dos condicionantes de classe, etnia e gênero vão inviabilizar uma prática crítica e libertadora entre os pobres mesmo. De modo particular a ideologia de gênero naturaliza as diferenças conferindo eficácia política e legitimando a subordinação das mulheres.

"No imaginário masculino, a mulher não existe como sujeito. Ela é o objeto a ser tomado, a consumir..." (Welzer-Lang, 1991).

Sem considerar as relações sociais de gênero como constitutivas dos processos migratórios, de empobrecimento das populações corre-se o risco de continuar reforçando estereótipos sexuais que naturalizam a desigualdade e eternizam a subordinação e exploração das mulheres, em especial negras. A pouca articulação e importância que movimentos populares, movimentos de mulheres, pastorais populares dispensam aos problemas das mulheres prostituídas revelam uma desconsideração da complexidade dos fenômenos e a incapacidade de refletir e agir vinculando gênero, classe e etnia.

Pensar políticas sociais, defesa de direitos e cidadania como também pastorais

junto a e com mulheres prostitutas não pode se reduzir ao enfrentamento dos problemas imediatos do mundo da prostituição. É preciso pensar todo o sistema que gera e sustenta a prostituição como espaço necessário e natural. Não se reduz a pensar a sexualidade prostituída das mulheres da zona, mas pensar a miséria sexual de homens e mulheres. A prostituição entendida como resultante das relações sociais de gênero que subordinam as mulheres na família, no trabalho, na política, na educação, na cama, na igreja, no partido deixa de ser um problema restrito das prostitutas para ser um desafio de todos os movimentos e pastorais que se indignam com as muitas formas prostituídas de viver.

"Temos uma esperança muito forte que a gente vai se libertar um dia.. Temos esperança de um dia ter contato com todas as companheiras, pra nós, juntas, conseguirmos a libertação....pra um dia a gente ser gente de verdade." (trecho da carta das Mulheres Marginalizadas participantes do VI Encontro Nacional da Mulher Marginalizada, Itaparica, BA, 1984).

* Nancy Cardoso Pereira é Doutoranda em Bíblia; Professora de Bíblia no ITESP (Instituto Teológico São Paulo) e no Instituto Pio XI e Assessora do CEBI/SP.

NOTA

1. As observações feitas aqui recolhem um pouco do meu aprendizado com as mulheres na Casa de Convivência da Estação Ferroviária da Luz, na capital paulista, do Serviço à Mulher Marginalizada, no ano de 1995. Todos os depoimentos utilizados foram extraídos do livro *O Grito de Milhões de Escravas - A Cumplicidade do Silêncio*, de diversos autores/as, Vozes, 1983.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BILAC, Elisabete Dória. (1995) "Gênero, família y migraciones internacionales". *Revista de la OIM sobre Migraciones Internacionales en América Latina*, v. 13, nº 1, pp. 3-11.
- LAURETIS, Teresa de. (1987) *Technologies of Gender*. Bloomington, Indiana University Press, In: SAFFIOTI & VARGAS, (1994) *Mulher Brasileira é Assim*. Editora Rosa dos Tempos, p.274.
- SANTOS, Hélio de Oliveira. (1987) *Crianças Espancadas*. São Paulo, Papiрус, p.80.
- WELZER-LANG, Daniel. (1991) *Les Hommes Violents*. Paris, Lierre & Coudrier Editeur, In: SAFFIOTI & VARGAS, *ibid.*, p.275.

"NOS TRAJETOS DA SUJEIÇÃO"

AS BRASILEIRAS NA SUIÇA

Luiza Huber *

Foto: Brigitte Marassi

"Na tentativa inconsciente de reverter nosso papel na história, saímos em uma expedição da 'Terra para a Lua' e chegamos na Suíça, onde desembarcamos como descobridoras da fantasia interior de conquistar esta terra "de todo mundo". E aquele friozinho na boca-do-estômago que sentimos na chegada, no confronto de conquista com o novo, é muito mais de euforia e sentimento de conquista, que de medo" (Jacqueline I. Dos Santos, 1995).

MIGRAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS PARA A SUIÇA

Quando se toca no assunto da migração de mulheres brasileiras para a Europa, geralmente este vem associado à prostituição, o que significa, no mínimo, um desconhecimento de fatores que têm sua origem na enorme desigualdade sociopolítica entre os países dos chamados "Primeiro e Terceiro Mundo" e no interior de muitos países do "Terceiro Mundo". A prostituição no próprio país ou a migração para o "mundo desenvolvido" são encaradas muitas vezes como sendo as únicas opções para escapar da miséria. A conquista do coração de um príncipe encantado em forma de um homem loiro de olhos azuis que possa garantir um casamento e a estabilidade ainda é o sonho de um grande número de mulheres brasileiras. Por outro lado, esse homem encontra na mulher brasileira negra, ou "cor de jambo" o objeto do seu desejo e de sua fantasia.

Na Suíça, as brasileiras formam, juntamente com as dominicanas, marroquinas e tailandesas, o maior grupo de mulheres migrantes dos chamados países do "Terceiro Mundo". Fica difícil falar em núme-

ros exatos, uma vez que grande parte delas vive ilegalmente no país e sem registro em nenhum órgão. Em 1995, o FIZ (Centro de Informações para Mulheres da Ásia, África e América Latina, em Zürich), atendeu a 154 mulheres migrantes, dentre as quais 56 eram brasileiras. Elas formam, também no atendimento por telefone, a grande maioria: 52 para um total de 195. Como estas mulheres ingressam na Suíça? Fundamentalmente, são três as formas: como dançarinas, via casamento ou como turistas.

AS DANÇARINAS

Para poder trabalhar na Suíça como dançarina a mulher precisa de um "visto de artista", válido para oito meses, que ela pode adquirir no consulado suíço apresentando três contratos com donos de boates. Ao partir, em decorrência dos contratos feitos pelos agenciadores, dos custos com



Brasileira resgatando sua auto-estima e seus valores após trajeto longo de violência, passagens por clínicas psiquiátricas, luta pela recuperação dos filhos.

o passaporte e das despesas com a passagem, a maioria das mulheres encontra-se na condição de endividadas. Ao chegar, o que as espera não é um local fixo de trabalho. Mensalmente elas são transportadas para outras localidades, impossibilitando com isso que as mesmas criem ou se insiram numa rede de relações sociais. Ao

término dos primeiros oito meses, prazo estabelecido pelo "visto de artista", muitas mulheres deixam a Suíça e vão passar quatro meses em um país vizinho.

O trabalho de uma dançarina consiste na realização de três a doze apresentações por noite, sendo que entre um show e outro ela deve sentar com os clientes e fazê-los consumir o máximo de champanhe, além de satisfazer todas as vontades deles, quase sempre relacionadas à excitação sexual. Uma dançarina ganha por noite em torno de 150 francos suíços. Deste total, além dos 8% fixos que vão para a agência, é preciso descontar as despesas com o imposto de renda, seguro social, fotos e roupas, o quarto onde mora, e ainda despesas advindas de multas impostas pelos donos de cabarés. Diante disso tudo, considerando-se também o elevado custo de vida, o que sobra efetivamente para a dançarina é muito pouco. E como muitas se endividaram antes mesmo de migrar e precisam mandar dinheiro para os filhos e a família no Brasil, a saída que lhes resta é o caminho da prostituição, que é ilegal para estrangeiras.

Segundo o FIZ, 90% das dançarinas trabalham também na prostituição. Para não perder o emprego elas se submetem a discriminações, humilhações, injustiças e violências por parte dos proprietários das boates. Se elas, por exemplo, não conseguem vender por mês pelo menos a quantidade de champanhe equivalente a dez mil francos suíços, correm o risco de não achar outro emprego e de se tornarem migrantes ilegais, sujeitas a serem deportadas a qualquer momento.

Discriminadas por sua condição de mulher, por serem estrangeiras, por trabalharem na prostituição e, na grande maioria dos casos, também por serem negras, elas são exploradas pelas agências, pelos donos das boates, pelos aliciadores e pelos clientes. Após um certo tempo começam a apresentar problemas de saúde, dependência de drogas e álcool, comprometendo assim até mesmo sua auto-estima.

AS MULHERES CASADAS

Setenta por cento das brasileiras que procuram apoio e orientação no FIZ estão casadas com cidadãos suíços. O grupo de esposas - excluindo os casamentos bem sucedidos e limitando aos casos atendidos

pelo FIZ - pode ser subdividido em três grupos: aquelas que encontram o futuro marido ainda no país de origem, muitas vezes através do turismo sexual, e que são levadas para a Suíça; aquelas cujos homens fazem o primeiro contato através de agências de casamento ou revistas pornográficas que mantêm - chegando a pagar o equivalente a dez mil marcos alemães apenas para conhecer mulheres, preferencialmente "negras ou mulatas" -, ou ainda através de serviços de endereços; e, finalmente, o grupo das que decidem migrar por conta própria e viajam para a Suíça como turistas visando, durante os três meses de vigência do visto, conseguir um marido para regularizar sua situação.

Entretanto, com a nova lei da cidadania de 1992, o casamento não garante mais, automaticamente, a cidadania suíça como acontecia anteriormente, tornando mais difícil a situação das migrantes. A permanência de cinco anos na Suíça e de três anos de casada é a condição para obter a naturalização facilitada. Isto significa que em muitos casos a mulher permanece num casamento e se sujeita a todo tipo de violência psicológica e sexual para não ser deportada do país, risco que ela corre no caso de divórcio, além de perder os direitos como o visto de residência e permissão de trabalho. Cite-se o caso de uma alagoana que, depois de passar uma noite debaixo de uma carro, sob a temperatura de 5°, fugindo dos maus-tratos do marido que se encontrava drogado e alcoolizado, acabou retornando para casa e se submetendo a humilhações e violência.

Um dos problemas mais graves quando, nestes casamentos, ocorre a separação é a guarda dos filhos; em geral a mulher brasileira é obrigada a provar na justiça que é uma mãe capaz de educar a seus próprios filhos. No caso dos maridos suíços, esta lei os beneficia enormemente, pois com a maior facilidade podem se "livrar" de uma esposa estrangeira quando esta não corresponde mais ao objeto de seus desejos.

AS TURISTAS

As mulheres que migram como turistas procuram, nos três primeiros meses de vigência do visto, tanto um marido como trabalho no mercado paralelo. Elas chegam a pagar entre 15 mil e 35 mil francos para um casamento deste tipo. A maioria

acaba no comércio do sexo, como trabalhadoras de sexo ilegais nos salões de massagem, em cabarés e boates. São expostas à violência da freguesia, ganham pouco ou quase nada, sem esquecer o risco permanente de serem deportadas pela polícia de estrangeiros. As mulheres que trabalham ilegalmente na prostituição encontram-se desprotegidas em relação ao vírus da Aids já que, segundo dados de pesquisa, muitos homens exigem relações sexuais sem preservativos. Nesses casos, um grande número vive no mais completo isolamento e sob fortes pressões por parte dos "patrões" e maridos.

PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS PARA A VIDA DAS MIGRANTES NA SUÍÇA

Torna-se cada vez mais difícil emigrar legalmente para a Suíça; além das possibilidades serem limitadas ao trabalho de dançarinas, via casamentos ou como turistas, após a queda do Muro de Berlim um fator novo se apresenta: a chegada de mulheres da Rússia e de outros países do Leste Europeu que passam a disputar o espaço com as migrantes do "Terceiro Mundo". Há estados na Suíça que desde junho de 1995 aceitam somente dançarinas vindas dos países da União Européia e do Leste da Europa. A tendência é, pois, de aumento do número de mulheres que venham a ingressar na Suíça diretamente como turistas para se tornarem, logo após os três primeiros meses, imigrantes ilegais, sujeitas então a mais exploração e violência. Com isso, agenciadores e proprietários de cabarés lucram cada vez mais através do comércio ilegal de mulheres que passam a viver sem nenhuma proteção social, sem direito à cidadania. Exploradas e violentadas, elas ficam impossibilitadas de recorrer à justiça.

LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE DANÇARINAS

Sensibilizados pelo trabalho do FIZ, parlamentares suíços começaram a questionar a prática dos cabarés e a exploração que as mulheres são submetidas. O governo suíço apresentou então mudanças na lei sobre a permanência de estrangeiros, que

consistem na redução do número de dançarinas por estabelecimento, contratos de trabalho mais rigorosos, salário mínimo, idade mínima, condições de trabalho dignas, etc.

Na avaliação do FIZ e do CHAME - Centro Humanitário de Apoio à Mulher, Salvador/BA - estas iniciativas vão amenizar, mas não resolver a situação de exploração. O problema deve ser analisado dentro da complexidade das relações econômicas, políticas e sociais. De nada adianta criar novas leis se sua aplicação não é controlada e se os infratores não são punidos rigorosamente. Faz-se necessária uma proteção especial às mulheres que têm a coragem de denunciar e se tornam testemunhas indispensáveis nos processos contra o tráfico organizado de mulheres. O estado deve conceder a estas testemunhas um status de permanência e possibilitar uma mudança de identidade como formas de proteção contra os traficantes, uma vez que as mesmas vivem sob constantes ameaças de morte as quais se estendem, muitas vezes, às suas famílias no país de origem. Outra exigência é que as migrantes sejam informadas na sua língua materna sobre seus direitos e deveres.

NOVA LEI DE CIDADANIA

Com a nova lei de cidadania, a situação das mulheres casadas não é muito melhor. Juridicamente é exigido que a mulher continue junto ao marido para ter o direito de permanecer na Suíça. Quando o medo de ser deportada representa a única razão para permanecer num casamento, o marido suíço assume uma posição de poder e superioridade. "Ou você faz o que eu quero, ou me divorcio e você vai ter que voltar", é a frase chave nestes casamentos.

Em outros casos, os homens aproveitam desta nova lei para "experimentar" mulheres à vontade, pois se elas não correspondem ao gosto, eles pedem o divórcio e as mulheres são mandadas de volta para seu país de origem. Estes casamentos normalmente duram poucos meses e fica difícil para as mulheres se defenderem da acusação de "casamento pro forma".

O FIZ, bem como outras organizações de migrantes e feministas exigem para mulheres casadas estrangeiras uma permissão de permanência independente do marido, quando deste se divorciam.

Estas iniciativas e exigências podem facilitar alguns aspectos, mas também não vão resolver o problema. É indispensável que se trace uma política de migração abrangente e consequente nos países receptores permitindo às mulheres do "Terceiro Mundo" migrar legalmente.

Recentemente, em junho de 1996, durante a Conferência da União Européia sobre o Tráfico de Mulheres, os participantes, entre outras medidas, exigiram punições mais severas para os traficantes, bem como a proteção para as vítimas do tráfico e do turismo sexual, que segundo estimativas se elevam entre 200 mil e 500 mil na Europa.

A Conferência de Beijing, por sua vez, exigiu medidas para abordar as causas fundamentais da migração forçada, garantindo assim igualdade de acesso à educação, à saúde gratuita e de boa qualidade, ao trabalho e remuneração igual por trabalho igual, uma maior participação política das mulheres e medidas de punição contra a violação dos direitos humanos.

Diante do descrito acima, cabe à sociedade brasileira tomar consciência destes fatos que representam uma violência específica praticada contra mulheres-migrantes, em sua maioria mulheres negras; é preciso conhecer o circuito deste tráfico para poder exigir das autoridades medidas e políticas públicas capazes de inibir tal tipo de migração e, mais que isso, garantir o direito à plena cidadania, uma vez que o governo brasileiro é signatário da plataforma de Beijing.

* *Luiza Huber é integrante do Projeto CHAME - Centro Humanitário de Apoio à Mulher - sediado em Salvador/BA, que inspirado na experiência do FIZ desenvolve desde 1994 um trabalho de documentação, informação e prevenção do tráfico internacional de mulheres.*

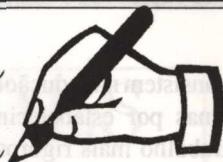
Fontes Consultadas

- DOS SANTOS, Jacqueline Isler et alli. In: "Interespacios" Bilder und Texte von Frauen in der Fremde - FEMIA - eFeF-Verlag, Zurich, 1995.
- "Dossiê Suíça" - Jaqueline Leite - 1994.
- "Gekauftes Unglück" - Caritas Suíça, FIZ, SKF - Luzern 1992.
- Relatórios do FIZ e CHAME.

A mesma brasileira, agora em meio a outras migrantes e refugiadas políticas, recuperando sua cidadania.



Foto Brigitte Marassi



COSTURANDO SONHOS - Etnografia de um Grupo de Imigrantes

Boivianos que Trabalham no Ramo da Costuram em São Paulo

Sidney Antonio da Silva

PROLAM/USP, São Paulo, 1995, 290p. (No prelo / Ed. Paulinas).

Aborda a inserção dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo, sobretudo no ramo da costura. A perspectiva de análise situa-se no âmbito sociocultural. O trabalho divide-se em quatro capítulos. No primeiro traz uma contextualização da questão migratória na América Latina; no segundo aborda o fenômeno migratório na Bolívia e a emigração para o Brasil; no terceiro destaca o processo de reprodução social dos bolivianos na metrópole paulista e, finalmente, no quarto capítulo, analisa a recriação de valores culturais destes imigrantes no novo contexto em que vivem, enfocando de modo particular os ligados à religiosidade popular.

ESTRANGEIROS: PEREGRINOS DA AMÉRICA

Os Latino-americanos do Cone Sul (Argentinos, Chilenos e Uruguaios) no Brasil de São Paulo (São Paulo e Campinas) - 1970-1990.

Maria Edith Guerrero Obando Bevilacqua

UNICAMP, Campinas, 1992, 249p. (mimeo)

Trata do resgate e reconstituição da memória histórica e da vivência cotidiana de 32 latino-americanos (chilenos, argentinos e uruguaios) que após os golpes militares da década de 70 emigraram para o Brasil. O estudo centrou-se em duas cidades, São Paulo e Campinas, as quais, em muitos casos, correspondiam à etapa final de um trajeto migratório que começou em seus países de origem e se estendeu por vários outros países. A pesquisa remete a questões de identidade, cultura e representações. Por esta razão, certos temas são indispensáveis para a compreensão desses latino-americanos no Brasil, a saber: as representações sobre política e políticos; pátria; sobre o Brasil e os brasileiros; sobre os anos 70 no Cone Sul, além da vivência e experiência do ser estrangeiro.

INMIGRANTES COLOMBIANOS EN EL ECUADOR Y DERECHOS HUMANOS

Fernando Guerrero, Lourdes Rodriguez e Cesar Molina

Conferencia Episcopal Ecuatoriana/Dpto. de Movilidad Humana, Quito, 1995, 154p.

O fenômeno do deslocamento populacional tem adquirido importância crescente nas Américas. Se bem que as migrações de colombianos no Equador sejam um fenômeno já bastante antigo, sobretudo na zona de fronteira, elas têm recrudescido a partir dos anos 70. No entanto, pouco se tem feito para conhecer esta realidade. Este conjunto de estudos visa a uma aproximação da realidade destes imigrantes colombianos indocumentados.

DERECHOS HUMANOS: Desplazados por violencia en Colombia

Conferencia Episcopal de Colombia

Conferencia Episcopal de Colombia, Bogotá, 1995, 160p.

Sintetiza o conteúdo do documento final da Pesquisa sobre "Derechos Humanos y desplazamiento interno en Colombia" enfocando as causas da situação em que vivem os *desplazados* naquele país. O deslocamento forçado, causado pela violência é um problema sociodemográfico relevante no contexto da situação nacional colombiana, uma vez que representa cerca de 2% do total da população; em outras palavras, de cada 60 colombianos, um foi obrigado a migrar por motivos de violência nos últimos dez anos.

CAMBIO CULTURAL EN TORNO A LA SALUD EN MIGRANTES AYMARAS HACIA LA CIUDAD DE EL ALTO URBANIZACION VILLA ADELA (1980-1990)

Aurora Bellido Gómez

Universidad Mayor de San Andres, La Paz, 1991, 225p. (mimeo)

O objetivo geral deste trabalho é o de constatar qual a mudança cultural que se estabelece com relação à saúde dos Aymaras em Alto Urbanización Villa Adela, na Bolívia. Compreender os efeitos que o processo migratório tem sobre as condições de saúde e sobre a utilização de serviços médicos, tendo em vista o encontro de culturas diferentes.

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc.

A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, obedecendo aos seguintes quesitos:

- De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- Tamanho: 250 linhas de 75 toques, incluindo notas e bibliografia;
- Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- Na medida do possível, enviar algumas fotos com os respectivos créditos, posteriormente serão devolvidas;
- Os artigos devem ser inéditos;
- Fazer constar breve identificação do autor, endereço e telefone;
- Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante;
- Referências: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano, e quando específicas, a página. Ex: (Silva, 1996, p. 3);
- Bibliografia - Pede-se seguir este padrão:

a) Livros: nome do autor, ano entre parênteses; título do livro em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan. (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.

b) Artigos: nome do autor, ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e nº, mês(es); nº da página.

Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen. (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 23, setembro-dezembro, p. 11.

NB: Por tratar-se de artigos breves, pede-se utilizar os recursos acima com parcimônia.

- O autor de artigo publicado receberá dez exemplares da revista.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

TRAVESSIA Nº 27

NOMADISMOS

(JAN-ABR/97)

Prazo para envio dos artigos: (15/10/96)

TRAVESSIA Nº 28

MIGRAÇÃO E MEIO AMBIENTE

(MAI-AGO/97)

Prazo para envio dos artigos: (10/02/97)

TRAVESSIA Nº 29

CLANDESTINIDADE

(SET-DEZ/97)

Prazo para envio dos artigos: (30/05/97)

ESTUDIOS MIGRATORIOS LATINOAMERICANOS

Revista quadrimestral do

CEMLA - Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos
Independencia 20 / (1099) Buenos Aires - Argentina / Tel. 342.6749

Nº 29 - Abril de 1995

LA INMIGRACIÓN EN BRASIL

Introducción

Boris Fausto

La imagen y la vida de los judíos en Brasil: cuestiones e inferencias

Roberto Grun

El violín que sólo tocaba en polaco: del estigma a la reconstrucción de la identidad de los polacos en Paraná

Maria Cecilia Solheid da Costa

La inmigración alemana y la política brasileña de colonización

Giralda Seyferth

Los inmigrantes españoles en Brasil

Herbert S. Klein

Italianos en São Paulo. Dimensiones de la italianidad en el Estado de São Paulo en 1920

Zuleika M. F. Alvim e José Sachetta Ramos

Inmigrantes y oportunidades en el comercio de São Paulo. El caso de los sirios y libaneses

Oswaldo M. S. Truzzi

La inmigración japonesa en el Brasil: una historia de ascenso social

Célia Sakurai

Dos caras de la misma moneda: la recreación del prejuicio racial y del prejuicio nacional en la *República Velha*

Gladys Sabina Ribeiro

Inmigración, mutualismo e identidad: São Paulo, (1890-1935)

Tania Regina de Luca